



IPV - ESEV |

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Trabalho efectuado sob a orientação de



DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DO TRABALHO

Márcia Filipa Martinho Antunes, nº 11291, do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara sob compromisso de honra, que a dissertação/trabalho de projeto/relatório final de estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 8/1/2010

A aluna,

“Quando o vento não é favorável, tem de se remar. Quando aumentam as dificuldades de sermos nós próprios e de sermos alguém, quando o vento é contrário e não nos deixa avançar na direção certa, há que ter a cabeça liberta, o coração bem aberto e recorrer a todas as forças para navegar contra a corrente. Não é fácil, mas é absolutamente necessário.”

Miguel Santos Guerra

Dizem que as dedicatórias servem para homenagear alguém especial na vida do autor. Cá está a minha. Para si, querido avô. Que apesar da ausência, esteve sempre presente. Espero que esteja orgulhoso da sua “netinha” e a sorrir. Como só o avô sabe. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que contribuíram para a elaboração do projeto final e, dessa forma, aqui fica o meu sincero e enorme agradecimento.

Começo por dirigir-me ao Professor Doutor Francisco Mendes e à Professora Doutora Rosina Fernandes que foram excelentes ao longo da elaboração do projeto. A orientação, a disponibilidade, o profissionalismo e sobretudo a dedicação e o apoio marcaram a diferença. Foram algumas as vezes que, sem notarem, me deram alento e confiança para não desistir. Muito obrigada.

Aos docentes e técnicos das Comissões de Proteção que aceitaram participar no estudo e que sem os seus contributos a realização do projeto não seria possível.

À Dr.^a Carla, à Vânia, à tia Susana, à tia Paula, às professoras Isabel e Carmo e à Sara que contribuíram, também, para a elaboração do presente trabalho.

À Andresa e à Alexandra, as minhas companheiras desta grande aventura e à Sara que foi muitas vezes um auxílio precioso.

À Tânia e à Andreia que, mesmo longe, estiverem sempre lá e à Marisa pelas palavras de coragem e pela bonita amizade.

À família mais bonita deste mundo: a minha.

À minha tia Hermínia e as minhas primas Ana e Patrícia pelo apoio, carinho e orgulho que sempre demonstraram por mim. Não imaginam o quanto isso foi importante.

À minha tia Rosinha que nunca me deixa só. A minha segunda mãe. Os miminhos foram essenciais.

À Sara e ao Joel que me apoiaram e acarinharam fim de semana após fim de semana e ao meu Duarte e à minha Leonor que, ainda pequenos, tanto carinho e força me deram.

Aos meus queridos avós pelo aconchego. São o melhor da vida e mais uma vez tive a prova disso.

Ao Rodrigo pelo apoio, preocupação e sobretudo paciência. Um dia serás tu.

Ao meu pai e à minha mãe. A base da minha essência. Obrigada pela oportunidade de continuar a crescer, pelo vosso apoio e preocupação. Espero ter-vos orgulhado, porque merecem.

E por último e não menos importante, ao André. O meu pilar. Pelo aconchego, apoio, amor, paciência e ajuda na elaboração do trabalho. Faltam-me as palavras para ti.

Tudo faz sentido quando temos ao nosso lado as pessoas certas. Obrigada!

RESUMO

As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (primeira linha) e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (segunda linha) desempenham um papel crucial na proteção de menores, na identificação e intervenção em situações de perigo. As suas competências e limites estão plasmados na Lei 147/99, de 1/9, que constitui, diríamos, a sua `Magna Carta'. Desde então (20 anos!), a comunidade sentiu novas necessidades que o legislador vazou em alterações diversas e, de modo mais significativo, de 2015 em diante.

Pretende-se conhecer as perceções dos técnicos (de 1ª e 2ª linhas) sobre as alterações mais relevantes ocorridas à Lei 147/99 (a partir de 2015), bem como os elementos substantivos e processuais que importaria alterar para sustentar uma intervenção ajustada ao superior interesse da criança/jovem.

Para o efeito, foi construído um questionário *ad hoc* aplicado a 13 docentes do género feminino e 7 masculinos de duas escolas (1ª linha) e 10 técnicos do género feminino e 1 masculino de duas comissões de proteção (2ª linha) da região Centro.

Os resultados, centrados numa análise descritiva e de conteúdo, evidenciam um maior conhecimento da Lei e das suas alterações pelos técnicos de segunda linha, enquanto os restantes participantes deixam transparecer uma necessidade de formação ao nível das competências que a Lei lhes confere, à exceção do diagnóstico de situações de perigo.

Em conclusão, os resultados, não obstante não ser possível proceder à sua generalização, parecem apontar para uma necessidade de melhoria da formação dos participantes, particularmente os de primeira linha.

Palavras-chave: Legislação; CPCJ; docentes; intervenção; proteção; menores.

ABSTRAT

Entities with Competence on Child and Youth matters (first line) and “Comissões de Proteção de Crianças e Jovens” (second line) play a crucial role in protecting children and youth, identifying and intervening in danger situations. Its powers and limits are embodied in the Law 147/99, of 1/9, which constitutes, we would say, its `Magna Carta'. Since then (20 years!), the community has felt new needs that the legislator implemented making several changes, mainly from 2015.

It is intended to know the perceptions of the technicians (1st and 2nd lines) about the most relevant changes occurred into the Law 147/99 (from 2015 onwards), as well as the substantive and procedural elements that would have to be altered in order to sustain a higher-adjusted intervention to the interest of the child/youth.

To this end, an *ad hoc* survey questionnaire was answered 13 female and 7 male teachers from two schools (1st line) and 10 female and 1 male technicians from two protection committees (2nd line) from the inner central region of Portugal. The results, centered on a descriptive and content analysis, show a greater knowledge of the Law and its alterations by the second line technicians, while the remaining participants show a need for training courses regarding the competences that the Law gives them, except the diagnosis of danger situations.

In conclusion, the results, despite not being possible to generalize, seem to point to a need to improve the training of the participants, particularly the frontline ones.

Keywords: Legislation; CPCJ; teachers; intervention; protection; children/youth.

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. Perspetiva histórica	3
1.1. Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança	3
1.2. Portugal e a proteção de crianças e jovens	4
1.3. Mudanças na proteção de crianças e jovens em Portugal a partir da Constituição da República Portuguesa.....	6
2. Perspetiva concetual	9
2.1. Crianças/jovens em risco e em perigo	9
2.2. Promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo no ordenamento jurídico português	10
2.3. Subsistema português de promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo	12
2.4. Princípios orientadores da intervenção	13
2.5. Papel das entidades de 1ª linha.....	14
2.6. Papel das entidades de 2ª linha.....	15
CAPÍTULO II - PLANO DE INVESTIGAÇÃO.....	18
1. Apresentação do estudo.....	18
1.1. Questão de estudo.....	18
1.2. Objetivos específicos	19
2. Metodologia.....	19
2.1. Participantes	19
2.2. Instrumentos	20
2.3. Procedimentos.....	21
2.4. Técnicas de análise de dados.....	22

3. Apresentação e discussão de resultados	23
3.1. Percepções dos técnicos da CPCJ	23
3.1.1. Análise descritiva e de conteúdo da “Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens”	23
3.1.2. Análise descritiva e de conteúdo das “Competências da comissão restrita e da comissão alargada”	25
3.2. Percepções dos docentes.....	27
3.2.1. Análise descritiva dos “Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo”	27
3.2.2. Análise descritiva do “Nível de preparação das ECMIJ”	30
3.3. Percepções dos docentes e dos técnicos da CPCJ	32
3.3.1. Análise descritiva e de conteúdo da “Legitimidade da intervenção”	32
3.3.2. Análise descritiva e de conteúdo dos “Princípios orientadores da intervenção”	36
3.3.3. Análise descritiva e de conteúdo das “Definições”	42
3.3.4. Análise descritiva e de conteúdo da “Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude”	44
3.3.5. Análise descritiva e de conteúdo do “Consentimento”	47
3.3.6. Análise descritiva e de conteúdo das “Medidas de promoção e proteção” ..	49
3.3.7. Análise descritiva e de conteúdo da “Duração das medidas de promoção e proteção”	52
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	71
Anexo A - Cronograma das atividades.....	71
Anexo B - Pedido de colaboração (via email) aos diretores dos agrupamentos de escolas	73
Anexo C - Pedido de colaboração (via email) aos presidentes das CPCJ	74
Anexo D - Declaração de consentimento informado	75

Anexo E - Questionário dos docentes	76
Anexo F - Questionário dirigido dos técnicos da CPCJ	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Caracterização sociodemográfica das entidades de 1ª e 2ª linha</i>	20
Tabela 2 - <i>Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Alteração à LPCJP” – Questão 1.1</i>	24
Tabela 3 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos à “Alteração à LPCJP”</i>	24
Tabela 4 - <i>Estatística descritiva das respostas dos técnicos às “Competências da comissão restrita e da comissão alargada” – Questões 7.1. e 8.1.</i>	25
Tabela 5 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos às “Competências da comissão restrita”</i>	26
Tabela 6 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos às “Competências da comissão alargada”</i>	26
Tabela 7 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo” – Questões 1.1. à 1.5.1.</i>	28
Tabela 8 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de perigo mais utilizados” – Questão 1.5.2.</i>	28
Tabela 9 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de perigo mais importantes” – Questão 1.5.3.</i>	29
Tabela 10 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes do “Nível de preparação das ECMJI” - Questão 5.3.</i>	31
Tabela 11 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Conceito de perigo ” – Questão 2.1</i>	32
Tabela 12 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Conceito de perigo”</i>	33
Tabela 13 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Nova situação de perigo” – Questão 2.2</i>	35
Tabela 14 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Nova situação de perigo”</i>	35
Tabela 15 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio do superior interesse da criança ou do jovem” - Questão 3.1.</i>	36
Tabela 16 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio do superior interesse da criança ou do jovem”</i>	37
Tabela 17 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio da prevalência da família” – Questão 3.2.</i>	38

Tabela 18 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio da prevalência da família”</i>	39
Tabela 19 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Entendimento dos princípios orientadores da intervenção” – Questão 3.3.</i>	40
Tabela 20 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Entendimento dos princípios orientadores da intervenção”</i>	40
Tabela 21 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Inclusão de outros princípios orientadores da intervenção” – Questão 3.4.</i>	41
Tabela 22 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Inclusão de outros princípios orientadores da intervenção”</i>	42
Tabela 23 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos das “Definições” – Questão 4.1</i>	43
Tabela 24 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos às “Definições”</i>	43
Tabela 25 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Conhecimento das competências das ECMIJ” - Questão 5.1</i>	44
Tabela 26 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos às “Alterações das competências das ECMIJ” - Questão 5.2</i>	45
Tabela 27 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Preparação das ECMIJ” – Questão 5.4</i>	46
Tabela 28 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Preparação das ECMIJ”</i>	46
Tabela 29 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Consentimento” – Questão 6.1</i>	48
Tabela 30 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Consentimento”</i>	49
Tabela 31 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos às “Medidas de promoção e proteção” – Questão 9.1</i>	50
Tabela 32 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Aditamento de outras medidas de promoção e proteção” – Questão 9.2.</i>	51
Tabela 33 - <i>Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Aditamento de outras medidas de promoção e proteção”</i>	51
Tabela 34 - <i>Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio junto dos pais” – Questão 10.1</i>	52

Tabela 35 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio junto dos pais” – Questão 10.1.....	53
Tabela 36 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio junto do outro familiar” – Questão 10.1.....	53
Tabela 37 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio junto do outro familiar” – Questão 10.1.....	54
Tabela 38 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: confiança a pessoa idónea” – Questão 10.1.....	54
Tabela 39 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: confiança a pessoa idónea” – Questão 10.1.....	55
Tabela 40 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio para a autonomia de vida” – Questão 10.1.....	55
Tabela 41 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio para a autonomia de vida” – Questão 10.1.....	56
Tabela 42 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: acolhimento familiar” – Questão 10.1.....	56
Tabela 43 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: acolhimento familiar” – Questão 10.1.....	57
Tabela 44 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: acolhimento residencial” – Questão 10.1.....	57
Tabela 45 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: acolhimento residencial” – Questão 10.1.....	58
Tabela 46 - Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção” – Questão 10.1.....	58
Tabela 47 - Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção” – Questão 10.1.....	59
Tabela 48 - Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Reversibilidade das medidas de promoção e proteção” – Questão 10.2.....	61
Tabela 49 - Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Reversibilidade das medidas de promoção e proteção”	61

LISTA DE ABREVIATURAS

CC - Código Civil

CNPDPJCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP - Constituição da República Portuguesa

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

DDC - Declaração dos Direitos da Criança

DUDH - Declaração Universal dos Direitos do Homem

ECMIJ - Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE - Lei Tutelar Educativa

MP - Ministério Público

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTM - Organização Tutelar de Menores

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

TRL - Tribunal da Relação de Lisboa

TRP - Tribunal da Relação do Porto

INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade da pessoa humana, aceite universalmente como essencial nos direitos humanos, afirma que todo o ser humano, ser de valor incalculável, deve ser honrado e respeitado de igual modo, desde o início da sua existência (Lebech, 2004). Esse princípio é tido como fundamental, tanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), como na Constituição da República Portuguesa (CRP), encontrando-se evidenciado no artigo 1.º de ambos os documentos.

A DUDH provou ser um importante marco histórico, não só na descrição e divulgação dos direitos e deveres fundamentais do ser humano (United Nations, 2019), mas também na promulgação da criança como ser individual, com direitos próprios, facto evidenciado, posteriormente, na Declaração dos Direitos da Criança (DDC, 1959). Portugal foi um dos países pioneiros na individualização dos direitos dos menores, apontando também, mais tarde, na CRP, diversas áreas como a saúde e a educação, relativamente aos direitos das crianças (CRP, 1976).

A atenção aos direitos da criança levou ao surgimento de novas Leis e documentos orientadores. O Código Civil (CC), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), o Código do Trabalho, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e a Lei Tutelar Educativa (LTE), são alguns dos normativos em que é patente a salvaguarda da criança/jovem, em particular a LPCJP e a LTE.

Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) (2019a), os conceitos de risco e de perigo apresentam objetivos diferentes, sendo por vezes difícil demarcar os dois conceitos. Segundo esta fonte, o conceito de risco é mais abrangente, apresentando uma potencial possibilidade de desencadear situações de perigo, sendo um ambiente de pobreza um exemplo de fator de risco. O conceito de perigo apresenta uma elevada probabilidade de ocorrerem situações de extrema contradição aos direitos da criança, como abandono ou maus tratos.

Em conformidade com o Ministério da Saúde, particularmente nos termos do Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro, os maus tratos infantis são definidos como “fenómenos complexos e multifacetados” que prejudicam gravemente o “crescimento, o desenvolvimento, a saúde, o bem-estar, a segurança, a autonomia e a dignidade” dos menores (p. 49210). Afirma-se que a exposição de crianças e jovens a situações de risco/perigo acarreta consequências irreversíveis a vários níveis, podendo, até mesmo, provocar a morte. Na maioria das vezes, estes contextos surgem de

vínculos entre o adulto e o menor e, por essa razão, é crucial intervir junto daqueles que, ao contrário de amarem e protegerem, são os principais responsáveis por colocarem a criança/jovem em situação de risco/perigo. Neste sentido, é através de estratégias preventivas e interventivas que se contribui para a promoção e proteção das crianças e dos jovens, diminuindo os efeitos desastrosos provocados por essas situações. Como agentes preventivos e interventivos existem as entidades de 1ª linha, Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), e as entidades de 2ª linha, que integram as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (Direção Geral da Saúde, s.d.).

Face à importância da promoção e proteção de crianças e jovens, este projeto de investigação, no âmbito do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, procura compreender a perceção de cada uma daquelas entidades acerca dos normativos legais inerentes aos processos de promoção e proteção.

O presente estudo tem como objetivos principais caracterizar os níveis de conhecimento que os docentes (constitutivos da 1ª linha de proteção e promoção) e os técnicos das CPCJ (agentes de 2ª linha) possuem sobre a Lei 147/99, de 1 de setembro, bem como o seu posicionamento face às alterações ocorridas a partir de 2015.

No que respeita à estrutura, o projeto divide-se em dois capítulos.

O primeiro, referente ao enquadramento teórico, aborda a Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança, a proteção das crianças e dos jovens entre o fim do século XIX e o início do século XX e, ainda, as mudanças que ocorreram após o surgimento da CRP. No mesmo capítulo, mas numa lógica concetual, são abordadas as diferenças entre uma situação de risco e uma situação de perigo, a promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo no ordenamento jurídico português, o subsistema português de promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo, os princípios orientadores da intervenção e, por fim, o papel e a importância das entidades de 1ª e 2ª linha.

O segundo capítulo centra-se sobre a apresentação do estudo, principiando pela questão de estudo, os objetivos específicos e, em seguida, evidencia a metodologia selecionada, a caracterização dos participantes, os instrumentos utilizados na recolha de dados, os procedimentos adotados e, por fim, as técnicas usadas na análise dos dados. Ainda neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos.

O projeto culmina com as considerações finais, bem como com a referência às dificuldades e limitações sentidas ao longo da sua elaboração.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Perspetiva histórica

1.1. Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Criança

Em resultado dos acontecimentos vividos durante a II Guerra Mundial, surge a 10 de dezembro 1948, a DUDH. Publicada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), esta declaração descreve em pormenor os diferentes direitos inerentes à vida humana (United Nations, 2019).

No final dos conflitos, e após a formação da ONU, foi reconhecido que os eventos catastróficos vividos não deveriam ser novamente permitidos e que os direitos fundamentais do ser humano deveriam ser descritos e garantidos internacionalmente (United Nations, 2019). Por conseguinte, em 1946, na primeira sessão da Assembleia Geral, foi considerado pela primeira vez o documento que viria a tornar-se na DUDH. Composta por 18 membros de diferentes origens políticas, culturais e religiosas, a Comissão dos Direitos do Homem reuniu-se pela primeira vez em 1947 (United Nations, 2019). O documento inicial da DUDH foi proposto e aprovado em setembro de 1948, com a participação de mais de 50 Estados Membros, sendo que apenas oito nações se abstiveram de exercer o seu voto, sem discordar do que o documento idealizava (United Nations, 2019). A elaboração desta declaração provou ser um marco histórico importante, não só pelo seu conteúdo, mas também por ter sido realizada num curto espaço de tempo, numa altura em que a população mundial se encontrava dividida (United Nations, 2019).

No que concerne à sua estrutura, a DUDH é constituída por 30 artigos que se centram, de forma sucinta, no direito: à liberdade e igualdade, independentemente da raça, cor, género ou religião; à vida e à segurança; à proibição da escravidão; a punições justas; à proteção igualitária, independentemente da raça ou estatuto social; a julgamentos justos e imparciais; à emigração; ao asilo; à liberdade de expressão; e, ainda, à educação (Diário da República, 2019).

O final da II Guerra Mundial levantou, de igual modo, questões em relação ao bem-estar das crianças e, por isso, em 1959, a partir de uma adaptação da DUDH, surgiu a DDC. Esta declaração tem como foco principal o direito a uma “infância feliz” (p. 15), sendo caracterizada pela promoção dos direitos da criança, partindo do pressuposto de vulnerabilidade inerente à infância (Kosher, Ben-Arieh, & Hendelsman, 2016).

De forma concisa, esta declaração retrata os direitos: à igualdade, independentemente da raça, religião ou país de origem, tal como presente na DUDH; à proteção especial, relativamente ao desenvolvimento físico, social e psicológico; ao nome e nacionalidade; a uma nutrição adequada, habitação e serviços médicos; à educação especial e tratamentos em casos de défice mental ou físico; ao amor e compreensão por parte dos pais e da sociedade; à educação gratuita e às atividades de lazer; à prioridade em situações urgentes; e, por fim, à proteção contra a negligência e ao crescimento num ambiente favorável e propício ao seu saudável e harmónico desenvolvimento. Sem prejuízo da relevância dos restantes, realça-se o princípio 7.º da referida declaração em que se alude ao superior interesse da criança (DDC, 1959). Na perspetiva das autoras Gonçalves e Sani (2013), a emergência da DDC traduz-se numa conquista em referência à temática da infância, sendo que a criança é definida como todo o ser humano com menos de 18 anos de idade, exceto se atingir a maioridade mais cedo (UNICEF, 1989). Do mesmo modo, “é menor quem não tiver ainda completado 18 anos de idade” (CC, 1966, p. 33). Atingida a maioridade, a criança que passou a jovem “adquire plena capacidade de exercício de direitos, ficando habilitada a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens” (CC, 1966, p. 34).

1.2. Portugal e a proteção de crianças e jovens

Durante a Idade Média baixa, nomeadamente entre os séculos V e XV, surge, na Europa, a Roda dos Expostos. Iniciada em Roma e “criada por uma Irmandade de Caridade”, a Roda dos Expostos tinha como principal propósito proteger e salvaguardar as crianças recém-nascidas que eram abandonadas. “Após colocar a criança e girar a roda, a pessoa puxava uma corda acionando uma sineta que avisava a vigilante ou a irmã rodeira que uma criança tinha sido abandonada; depois a pessoa retirava-se furtivamente do local sem ser reconhecida” (Schach, 2015, p. 77). Seguidamente, a criança era batizada e “encaminhada para uma ama de leite, que a amamentava e a criava” (Marcílio, 1998, cit. por Schach, 2015, p. 77).

De acordo com os historiadores, as crianças abandonadas não eram só órfãs ou ilegítimas. Presume-se que as crianças eram, também, abandonadas pelos seus pais por efeitos da carência económica (Schach, 2015). Desta forma, há quem defenda que nestas situações as crianças não eram abandonadas, mas entregues para que pudessem ter uma vida digna de se viver (Maria Antonieta, 2001, cit. por Schach, 2015).

A prática da Roda dos Expostos foi evoluindo ao longo do tempo, tendo-se intensificado no século XIX em consequência dos “efeitos da industrialização e do

crescimento urbano” (Dias, 2007, p. 24). Na perspetiva de alguns autores, “o aumento da fecundidade, o aumento da ilegitimidade e a diminuição da mortalidade” explicam o uso elevado desta prática que declinou no século XX (Dias, 2007, p. 27).

Em Portugal, com responsabilidade neste tema, existiam as câmaras municipais que tinham o dever de abrigar e proteger as crianças através das amas (Dias, 2007). “A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa assume esses encargos, em 1543”, sendo a pioneira nesta matéria (Dias, 2007, p. 29).

O início do século XX foi, também, marcado por episódios de abandono e maus tratos em crianças e ainda, por ambientes familiares de pobreza e exploração de trabalho infantil. Estes acontecimentos eram comuns em Portugal e no mundo (Martins, 2006, cit. por Candeias & Henriques, 2012).

Um ano após a Implantação da República Portuguesa, Portugal tornou-se num dos países pioneiros no que diz respeito à proteção de crianças, através da Lei de Proteção da Infância de 1911 (Tomé, 2010, cit. por Candeias & Henriques, 2012). Como principal objetivo da LPI identifica-se a diminuição e a resolução dos problemas de delinquência, presentes em crianças e jovens - artigo 1.º (Segurança Social, s.d.). A partir desta viria a ser criada a Tutoria da Infância (artigo 2.º) e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças (artigo 113.º), cujos objetivos principais seriam apoiar e formar, não só as crianças e os jovens que se encontrassem em perigo, abandonados ou que já tivessem cometido atos de delinquência, até aos dezasseis anos de idade, mas também “b) fazer interessar todo o cidadão português pela conservação e desenvolvimento da saúde e moralidade dos seus filhos; e c) auxiliar a tutoria na execução dos seus acórdãos relativos aos menores maltratados, desamparados e delinquentes” - artigo 113.º (Segurança Social, s.d., p. 34). Deste modo, o Estado tinha como dever retirar as crianças de ambientes sociais desfavoráveis, educá-las e, posteriormente, reintegrá-las na sociedade (Candeias & Henriques, 2012).

A Tutoria da Infância encontrou-se, inicialmente, em funções em Lisboa e no Porto, nos anos de 1911 e 1912, respetivamente, abrangendo o resto do país apenas em 1925 (Candeias & Henriques, 2012).

Mais tarde, em 1962, através do Decreto-Lei n.º 44288/62, de 20 de abril, foi publicada a Organização Tutelar de Menores (OTM), passando a competir ao Ministério Público (MP) representar as crianças e jovens. Na OTM foram decretadas medidas de proteção judiciária aos menores, com o intuito de prevenir os atos criminosos (artigo 1.º). Esta organização foi revista e alterada, pela primeira vez, em 1978, já depois da queda da ditadura portuguesa (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro). Entre as

diversas alterações, uma das mais significativas consistiu na divisão entre Tribunais de Família e Tribunais de Menores (Lei n.º 82/77, de 6 de dezembro).

A década de 90 apresentou uma importância acrescida na promoção da proteção de crianças e jovens em Portugal, uma vez que em 1991 foram criadas as Comissões de Proteção de Menores que originaram uma redução da interação entre os menores e os Tribunais (Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio).

Em 1992 foi declarado o regime jurídico do instituto de acolhimento familiar, que enuncia a possibilidade do acolhimento temporário de crianças e jovens por outras famílias, as famílias de acolhimento, quando se verifique falta de condições nas suas famílias biológicas (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de setembro) e, em 1997, foi criada a Rede Nacional dos Centros de Acolhimento Temporário, em consequência “do direito especial de proteção aos órfãos, abandonados ou por qualquer forma privados de um ambiente familiar normal” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, de 3 de novembro, p. 6015).

Posteriormente, em 1999, ano em que foi instituído o sistema atual, foram introduzidas duas importantes Leis que constituem o novo direito de menores (Candeias & Henriques, 2012): a LPCJP (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) e a LTE (Lei n.º 166/99, de 14 setembro). Distintas, a LPCJP surge como regime de proteção, conduzida pelo superior interesse da criança e do jovem, já a LTE, voltada para o regime tutelar educativo, emerge de atos criminais praticados pelos jovens. Assim, de acordo com o artigo 1.º, a LPCJP “tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (p. 6116), enquanto a LTE dirige-se à intervenção em “menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado factos qualificados pela Lei penal como crimes” (p. 6321), como mencionado no artigo 1.º da mesma Lei.

1.3. Mudanças na proteção de crianças e jovens em Portugal a partir da Constituição da República Portuguesa

A partir da CRP e após a queda da ditadura em Portugal, verificou-se uma maior ênfase na proteção das crianças e dos jovens. Apesar de Portugal ter sido dos países pioneiros na promoção dos direitos das crianças, como já aludido, nas escolas existia discriminação relativamente ao género e/ou raça e, por isso, os menores ainda não tinham verdadeiramente direito a uma infância feliz (Carvalho, 2015).

A promoção da proteção das crianças e dos jovens está constitucionalmente consagrada (CRP, 1976) e expressa-se em diversas áreas, designadamente na educação, saúde, cultura e liberdade.

Desde logo, o artigo 36.º começa por frisar os vários direitos da criança enquanto parte integrante da família. Particularmente no n.º 4 do mesmo artigo, é promovida a igualdade de direitos de crianças provenientes de relações extraconjugais ou até de crianças nascidas fora do casamento, sendo proibido o uso de termos discriminatórios e desta forma, propiciada a igualdade de tratamento. No n.º 5, é evidenciada a educação de crianças e jovens e nesse sentido “os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos” (p. 4647). Ainda no mesmo artigo, o n.º 6 alude para o direito de os menores não serem separados dos respetivos pais, excetuando nas situações onde as decisões judiciais constatem que os direitos dos mesmos, bem como os deveres dos progenitores, não se encontrem a ser respeitados. Por fim, em relação ao n.º 7, verifica-se a promoção do regulamento e proteção dos processos de adoção, devendo os mesmos ocorrer rapidamente.

O n.º 1 do artigo 43.º é focado na “garantia da liberdade em aprender e ensinar” (p. 4649). “O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (p. 4649), promovendo-se deste modo a liberdade de ideais, religiões e opiniões políticas, como refere o n.º 2. O n.º 3 aponta que “o ensino público não será confessional” (p. 4649) e o n.º 4 centra-se na formação de escolas particulares e cooperativas no país.

O artigo 64.º, alusivo à saúde, apresenta pontos importantes respeitantes à proteção das crianças e dos jovens. Assim, o n.º 1 do mesmo artigo cita que qualquer cidadão deverá ter “(...) direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover” (p. 4652). A alínea a) do n.º 2 frisa a criação de um sistema de saúde nacional, que deverá ter em conta a situação económica e social dos utentes e a alínea b) constata uma ênfase na proteção da criança e do jovem, “(...) pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudáveis” (p. 4652).

O artigo 69.º, focado na infância, menciona, no n.º 1, que as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono,

de discriminação e de opressão, contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições (p. 4653).

O n.º 2 do mesmo artigo é dirigido à proteção especial, por parte do Estado, de crianças em situação de abandono, órfãs ou que estejam inseridas num ambiente familiar desfavorável. No final do artigo 69.º, no n.º 3, é referenciada a proibição total de qualquer trabalho de crianças em idade escolar.

O artigo 70.º é referente à juventude e constata no n.º 1 que “os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais (...)” (p. 4654), sendo que essa proteção é relacionada a diversos conteúdos, como a educação, o acesso ao primeiro emprego, a habitação, a educação física e os tempos livres. O n.º 2 do mesmo artigo enfatiza o “(...) desenvolvimento da personalidade dos jovens, criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade” (p. 4654), por parte da política da juventude. O Estado deve colaborar com

(...) as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as coletividades de cultura e recreio, fomentando e apoiando as organizações juvenis na prossecução daqueles objetivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude (p. 4654).

O n.º 2 do artigo 74.º lista as diversas competências do Estado em relação ao ensino. Assim, a alínea a) refere o direito ao “(...) ensino básico universal, obrigatório e gratuito” (p. 4654); a alínea b) alude para a criação do sistema público de ensino, bem como o desenvolvimento de um sistema de educação pré-escolar; na alínea c) o objetivo principal é a eliminação do analfabetismo; a alínea d) afirma o dever de garantir, a todos os cidadãos, a acessibilidade a graus de formação superiores; a alínea e) refere que o estabelecimento de ensino deve ser gratuito nos diferentes graus; a alínea f) indica que se deve “inserir as escolas nas comunidades (...) e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais” (p. 4654); na alínea g) é promovido o apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade, no que ao ensino diz respeito, apresentando o ensino especial nos casos em que o mesmo é necessário; a alínea h) frisa a importância da língua gestual portuguesa; e, por fim, as alíneas i) e j), referentes aos filhos de emigrantes e imigrantes, salientam o direito ao ensino e que deve ser prestado o apoio necessário na aprendizagem da língua.

O n.º 1 e o n.º 2 do artigo 76.º, relativos ao ensino superior, referem a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, um sistema de ensino democratizado e uma autonomia “(...) estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino” (p. 4655).

A CRP, como acabamos de ver, abrange diversas áreas que visam a proteção das crianças e jovens que, densificadas em Lei ordinária, se reconduzem a assegurar o superior interesse da criança.

2. Perspetiva concetual

2.1. Crianças/jovens em risco e em perigo

Perante as diversas situações de risco/perigo existentes, onde é impossível definir o que se pretende de maneira concreta, o legislador teve necessidade de utilizar conceitos indeterminados (Manata, 2008). De acordo com o autor, estes “permitem que a norma se possa adaptar à variabilidade e imprevisibilidade das situações da vida, em especial de cada família ou de cada menor” (p. 4). Desta forma, segundo a mesma fonte, não podemos afirmar que os conceitos de risco e perigo são absolutos e inalteráveis. Com o passar do tempo, os conceitos têm tendência a evoluir a partir de alterações culturais das diferentes sociedades, diferenças nas necessidades da criança e do jovem e mudanças no que é aceite como o essencial para o desenvolvimento adequado de cada menor. Assim, períodos de tempo diferentes exigem necessidades diferentes, sendo necessário acompanhar essas evoluções.

De acordo com a CNPDPCJ (2019a), a noção de risco é mais extensa que a de perigo, havendo dificuldade em delimitar os dois conceitos.

Na presença de fatores de risco pode originar-se uma situação de perigo, mesmo que não se alcance “o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra” (CNPDPCJ, 2019a, “Conceito de Risco/Perigo”, para. 2). São exemplos,

os fatores constitucionais ou desenvolvimentais da própria criança/jovem, os fatores familiares (como capacidade parental e a dinâmica do funcionamento familiar), os fatores sociais (como a situação económica e a qualidade da rede social) e os fatores ambientais (como a qualidade dos ambientes físico doméstico e comunitário), que, na perspetiva de alguns autores, estão associados a uma maior probabilidade de desajustamento futuro dos menores

(Cummings, Davies, & Campbell, 2000; Werner & Smith, 1992, cit. por Melo & Alarcão, 2011, p. 452).

Relativamente ao conceito de perigo, o n.º 2, do artigo 3.º, da Lei n.º 147/99, de 8 de setembro, apresenta as situações que definem quando uma criança ou um jovem estão em perigo:

a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação, (p. 6117).

A única alteração introduzida naquele conceito pela Lei n.º 142/2015, de 8 setembro, consiste na adição de uma nova alínea que considera uma criança ou jovem está em perigo quando: “d) Está aos cuidados de terceiros durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais” (p. 7212).

Neste sentido, cabe ao Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude intervir nas mais diversas e distintas situações de perigo referidas anteriormente (CNPDPJ, 2019a).

2.2. Promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo no ordenamento jurídico português

Segundo o ordenamento jurídico português, são vários os ramos do direito que, excetuando nas situações de perigo, estatuem a proteção das crianças e dos jovens, enquanto sujeitos autónomos de direitos. Neste sentido, como instrumentos legislativos

mais significativos, que atuam de modo preventivo, salientam-se a CRP, o CC, a CDC e o Código do Trabalho (Direção Geral da Educação, s.d.).

O Decreto-Lei n.º 47344/66 (CC), aprovado a 25 de novembro de 1966 e alterado pela última vez em 2019, apresenta diversas medidas que atuam, direta ou indiretamente, em prol da defesa das crianças e dos jovens. Assim, enfatizam-se os artigos 1796.º a 1873.º, referentes à filiação, onde se abordam as situações relacionadas com a paternidade, o nascimento de crianças extraconjugais ou casos de mães menores de idade; os artigos 1877.º a 1920.º, relativos às responsabilidades parentais, que indicam que os filhos se encontram sujeitos a responsabilidades parentais, até à sua maioridade ou emancipação, sendo descrita, de igual modo, a maneira como é realizado o exercício dessas mesmas responsabilidades; os artigos 1921.º a 1972.º sobre tutela e administração de bens, onde são especificados os direitos e obrigações de um tutor, bem como as diferenças entre tutores definidos pelos pais e tutores definidos pelo tribunal; os artigos 1973.º a 2002.º, alusivos à adoção, apresentam os requisitos gerais para proceder a todo o processo, assim como as diferenças entre adoção total e adoção restrita; e os artigos 2003.º a 2014.º com respeito à alimentação, abordam tudo o que o menor necessita em termos de vestuário, habitação e sustento alimentar, sendo, também, detalhado quais as pessoas que devem prestar estes cuidados e de que modo os devem realizar (CC, 1966).

A CRP, como já abordado anteriormente, designa e reconhece a criança como possuidora de direitos, liberdades e garantias pessoais, bem como de direitos e deveres económicos, sociais e culturais (CRP, 1976).

A CDC, criada em 1989 pelas Nações Unidas, vigora em Portugal desde 21 de outubro de 1990 e caracteriza a criança como participante ativa ao longo do seu desenvolvimento (UNICEF, 1989), constituindo-se como detentora de “direitos de audição e participação nos processos que lhe dizem respeito” (Direção Geral da Saúde, s.d., p. 61). Organizada em 54 artigos, a CDC menciona os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais inerentes à criança que são de extrema importância no sistema da proteção de infância e juventude. Tal como a DDC, a CDC expressa, no artigo 3.º, o superior interesse do menor (UNICEF, 1989).

Também o Código do Trabalho, aprovado a 12 de fevereiro pela Lei n.º 7/2009, refere, entre os artigos 66.º a 83.º, diversas condições relativas ao trabalho infantil. Nele é estipulado que as crianças, descritas como menores de 18 anos, não devem, de nenhum modo, executar quaisquer serviços passíveis de criar danos físicos ou mentais. As crianças de idade igual ou inferior a 16 anos podem, em circunstâncias previstas

pela Lei, desempenhar atividades laborais leves, logo que, do mesmo modo, essas mesmas atividades não propiciem danos físicos ou mentais (Código do Trabalho, 2009). Ainda referente ao Código do Trabalho, nomeadamente entre os artigos 116.º a 121.º da Lei n.º 35/2004 - Regulamentação do Código do Trabalho, de 29 de julho, encontram-se detalhadas as situações de trabalho proibidas a menores de 18 anos (Regulamentação do Código do Trabalho, 2004).

2.3. Subsistema português de promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo

O subsistema português de promoção e proteção das crianças e jovens em risco/perigo ou Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude, como designado pela CNPDPCJ (2019a), tem como objetivo adotar estratégias de prevenção primária e secundária que, dirigidas tanto à comunidade em geral como, em particular, a famílias em contexto de fragilidade, impedem que as situações de risco principiem as situações de perigo. As

campanhas de informação/prevenção, as ações promotoras de bem-estar social, os projetos de formação parental, as respostas de apoio à família, à criança e ao jovem, o rendimento social de inserção, as prestações sociais, as habitações sociais e o alargamento da rede pré-escolar, são alguns exemplos dessas estratégias (CNPDPJC, 2019a, “Conceito de risco/conceito de perigo”, para. 5).

Contrariamente, a intervenção nas situações de perigo é mais complexa. Sempre que uma criança ou jovem se encontra em contexto de perigo, o objetivo principal passa por retirar o menor desse mesmo contexto, através do cumprimento das medidas de promoção e proteção (CNPDPJC, 2019a). Previstas no n.º 1 do artigo 35.º da LPCJP, as medidas de promoção e proteção são as seguintes:

a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar; f) acolhimento residencial; e g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, p. 7219),

esta introduzida após as alterações da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Do subsistema português de proteção das crianças e jovens em risco/perigo fazem parte as entidades de 1ª linha, nomeadamente as ECMIJ, as CPCJ como entidades de 2ª linha, e os tribunais, sendo estes os três níveis de intervenção existentes (Direção Geral da Saúde, 2007; Procuradoria-Geral Distrital do Porto, 2019a). De forma clara, cada nível de intervenção constitui-se como um patamar de uma pirâmide, sendo que na base encontram-se as ECMIJ, no centro as CPCJ e no topo os tribunais. As CPCJ assumem-se como a centralidade do subsistema, uma vez que, sob o ponto de vista de estreita colaboração, articulam tanto com as ECMIJ, como com os tribunais (CNPDPJ, 2016a).

2.4. Princípios orientadores da intervenção

Para intervirem, é crucial que as entidades de 1ª e 2ª linha respeitem o conjunto de princípios elencados na LPCJP, particularmente contemplados no artigo 4.º, tais como:

a) interesse superior da criança e do jovem, b) privacidade, c) intervenção precoce, d) intervenção mínima, e) proporcionalidade e atualidade, f) responsabilidade parental, g) primado da continuidade das relações psicológicas profundas, h) prevalência da família, i) obrigatoriedade da informação, j) audição obrigatória e participação e k) subsidiariedade (p. 7212).

Este art.º 4 foi modificado pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, que introduziu alterações nomeadamente no princípio do interesse superior da criança e do jovem, no princípio da prevalência da família, e ainda no aditamento de um novo princípio: o primado da continuidade das relações psicológicas profundas.

O princípio do interesse superior da criança e do jovem (alínea a), que defende que toda e qualquer intervenção ou decisão de instituições públicas ou privadas de proteção social deve centrar-se naqueles que são os interesses e direitos dos menores, acresce e enfatiza que, no decorrer da intervenção, devem ser prioritárias “as relações de afeto de qualidade e significativas” da criança ou do jovem (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, p. 7212).

O princípio da prevalência da família (alínea h), previamente às alterações, salvaguardava a ideia de que a intervenção deveria ocorrer no seio familiar biológico da criança, passando a considerar também, o contexto em família. Não obstante, a intervenção deve procurar, acima de tudo, o cumprimento de medidas que não

impliquem o afastamento da criança no seio familiar (Direção Geral da Educação, s.d.), como evidenciado nos artigos 9.º, 10.º e 25.º da CDC, uma vez que a família é considerada como “elemento fundamental da sociedade” (n.º 1 do artigo 67.º da CRP, p. 23).

O princípio do primado da continuidade das relações psicológicas profundas (alínea g), introduzido posteriormente, como já referido, menciona que “a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante” (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, p. 7212).

2.5. Papel das entidades de 1ª linha

Numa situação de risco, as ECMIJ devem ser as primeiras a atuar. Sempre que, num contacto direto com a criança/jovem, se verifique que os menores estão numa situação que põe em causa o seu desenvolvimento, aquelas entidades devem criar soluções junto dos progenitores, representante legal ou de quem detenha a guarda de facto, se estes assim o consentirem (n.º 3 do artigo 7.º e artigo 9.º da LPCJP) ou, se for o caso, atuar junto das instituições de acolhimento, de forma a afastar o menor do contexto de perigo (Procuradoria-Geral Distrital do Porto, 2019b).

Segundo a alínea d) do artigo 5.º da LPCJP, fazem parte das entidades de 1ª linha as instituições públicas ou privadas, com funções em matéria de infância e juventude, como as escolas, os hospitais e centros de saúde, a segurança social, as organizações não governamentais (ONG), entre outras.

De modo específico e em conformidade com a LPCJP, particularmente o n.º 4 do artigo 7.º, as ECMIJ devem:

- a) avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo; b) implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco; c) acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres; e d) executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela

comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial (p. 7213).

Estas competências foram acrescidas e introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro após a alteração da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Anteriormente às alterações, o artigo 7.º referia apenas que a intervenção das ECMIJ ocorre “de modo consensual com os pais, representantes legais ou com quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem (...)” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, p. 6118).

Na falta de recursos ou na impossibilidade de respostas, as ECMIJ deixam de ter legitimidade para intervir, devendo participar e comunicar os factos à CPCJ, situada na respetiva área de residência (artigo 8.º da LPCJP). Numa situação de crime, as ECMIJ devem comunicar a ocorrência diretamente ao MP (n.º 1 do artigo 70.º da LPCJP).

2.6. Papel das entidades de 2ª linha

Após a entrada em vigor da LPCJP, as Comissões de Proteção de Menores passaram a designar-se de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º da mesma Lei, quanto à sua natureza, as CPCJ “são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (p. 7214).

Conforme já mencionado, as CPCJ intervêm “quando não seja possível às entidades referidas anteriormente, atuar de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que se encontra” a criança ou o jovem (artigo 8.º da LPCJP, p. 7213).

No que respeita ao método de funcionamento, as CPCJ atuam em duas modalidades: a alargada, numa perspetiva de prevenção, e a restrita, numa perspetiva de reparação (artigo 16.º da LPCJP). Deste modo, e sinteticamente, compete à comissão alargada informar/sensibilizar a comunidade para os direitos da criança e do jovem, através do desenvolvimento de atividades; cooperar junto das respetivas entidades na identificação de situações que comprometam a vida da criança e do jovem; e, ainda, construir planos de prevenção primária e respostas ajustadas a cada situação (artigo 18.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro). Sucintamente, como decorre do artigo 21.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, à comissão restrita incumbe esclarecer todas as pessoas que a ela se dirigem; analisar as diversas situações que

lhes tenham sido comunicadas; “proceder à instrução dos processos”; e “determinar, acompanhar e rever” a medida de promoção e proteção (CNPDPJCJ, 2019b, “Quais as Competências?”, para. 4). Como alude o artigo 38.º, todas as medidas de promoção e proteção previstas na legislação podem ser aplicadas pelas comissões, salvo a medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição com vista a futura adoção (g) do art.º 35.º) que é competência exclusiva dos tribunais (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

De forma sumária, e como exposto pelo artigo 17.º da Lei anteriormente referida, integram a comissão alargada o município local, a Segurança Social, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, as Instituições Particulares de Solidariedade Social ou ONG, as associações de pais, as associações de jovens e outras organizações privadas, as forças de segurança, os técnicos com formação nas áreas de “serviço social, psicologia ou direito” (p. 7215) e ainda, pessoas da comunidade que queiram ajudar na resolução deste género de problemas que as crianças e os jovens possam apresentar. Tal como o próprio nome indica, a composição da comissão restrita é mais reduzida, fazendo parte dela alguns elementos incluídos na comissão alargada (artigo 20.º da LPCJP).

“Na privação de meios para aplicar ou executar a medida adequada ou, ainda, na falta de consentimento dos pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem”, como nos mostram, respetivamente, o artigo 11.º e o artigo 91.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, o processo deixa de ser responsabilidade das comissões e é remetido para os tribunais (CNPDPJCJ, 2016a, “04 - Modelo de intervenção”, para. 1). Previamente às alterações, o artigo 9.º referia apenas que o consentimento deve ser prestado “pelos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro p. 6118), antes de qualquer intervenção. Após as alterações foram reforçadas, pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, as situações em que o mesmo deve ser prestado. Atualmente, o consentimento, “expresso e prestado por escrito” (n.º 1 do art.º 9, p. 7213) é cedido: pelos pais “desde que estes não estejam inibidos do exercício das responsabilidades parentais” (n.º 2 do art.º 9, p. 7213); por um dos progenitores, na impossibilidade de contactar o outro progenitor; pelo tutor ou protutor; por quem tenha a sua guarda de facto; e por “aqueles que hajam apadrinhado civilmente a criança ou jovem” (n.º 7 do art.º 9, p. 7213).

Por último, reforça-se a noção de que as CPCJ assumem um papel de extrema importância na proteção das crianças e jovens, intervindo não só em contextos de

perigo, mas também em situações de prevenção, como por exemplo em ações de sensibilização junto das escolas e municípios. Deste modo, o seu correto funcionamento irá, conseqüentemente, ao encontro do superior interesse da criança.

CAPÍTULO II - PLANO DE INVESTIGAÇÃO

1. Apresentação do estudo

Na perspetiva de Freitas e Moscarola (2002), o começo de uma investigação passa por delinear os objetivos a alcançar, bem como as questões às quais se pretende responder, considerando que “quando fazemos investigação em ciências sociais e humanas, estamos em presença de contextos complexos e multifacetados que revelam uma riqueza de representações e inferências dos dados que lhe é peculiar” (Souza, Costa, & Moreira, 2011, p. 19).

O estudo que se segue é de cariz exploratório e centra-se na compreensão da perceção dos agentes de 1ª e 2ª linhas da promoção e proteção de crianças relativamente à Lei 147/99 de 1/9.

Na fase da definição da metodologia de investigação seleciona-se a estratégia a adotar, isto é, opta-se pelo método, quantitativo ou qualitativo, de acordo com a natureza do estudo, bem como a escolha de técnicas que serão utilizadas na recolha e análise de dados, conforme os objetivos que se propõem atingir (Batista & Sousa, 2011).

Deste modo, foi adotado o método qualitativo, uma vez que permitiu, através das informações obtidas na recolha dos dados, entender o conhecimento e a opinião dos participantes referentes à temática do estudo (Morais & Neves, 2007). No que respeita às técnicas de recolha de dados, optou-se pelo questionário e, quanto à análise de dados, recorreu-se à análise de conteúdo e estatística descritiva que, segundo Ferreira (2005, p. 8), “têm como objetivo a descrição dos dados, sejam eles de uma amostra ou de uma população”.

Em anexo encontra-se evidenciado o cronograma (Anexo A), que apresenta as atividades realizadas ao longo da elaboração do projeto.

1.1. Questão de estudo

Atendendo ao que já foi descrito, pretendemos com a investigação:

Conhecer as perceções dos membros de duas escolas (entidades de 1ª linha) e de duas CPCJ (entidades de 2ª linha), da região Centro, sobre os normativos legais inerentes aos processos de promoção e proteção de crianças e jovens em risco.

1.2. Objetivos específicos

Tendo em consideração a questão de estudo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o nível de conhecimento dos membros das entidades de primeira e segunda linha do processo de promoção e proteção, relativamente às principais alterações introduzidas à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro;
- Caracterizar o nível de conhecimento dos membros das entidades de primeira linha do processo de promoção e proteção, relativamente aos processos de sinalização das crianças e dos jovens em perigo;
- Identificar os constrangimentos e as possíveis alterações apontadas por membros de entidades de primeira e segunda linha do processo de promoção e proteção, emergentes da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, relativamente:
 - aos conceitos/requisitos nela vazados;
 - aos princípios orientadores da intervenção;
 - ao consentimento;
 - às competências atribuídas às ECMIJ e às comissões restrita e alargada;
 - às medidas (e sua duração) de promoção e proteção previstas pelo legislador.

2. Metodologia

2.1. Participantes

Os participantes do estudo são, como entidades de 1ª linha, docentes de duas escolas, ambas de ensino básico e secundário e, como entidades de 2ª linha, técnicos de duas CPCJ. Tanto as escolas como as comissões de proteção situam-se na região Centro do país.

Participaram 20 docentes e 11 técnicos da CPCJ. Conforme a Tabela 1, em ambas as entidades predomina o género feminino (65% nos docentes e 91% nos técnicos). A média de idades nos docentes é de 50.50 (± 4.09), sendo 42 a idade mínima e 57 a máxima. Nos técnicos da CPCJ, a média é de 44.64 (± 7.73), com a idade máxima de 54 anos e mínima de 28 anos.

Dos 20 docentes, 1 (5%) também exerce funções numa comissão de proteção e os restantes 19 apenas no agrupamento de escolas onde se encontram inseridos. No que respeita às modalidades, 7 (63.6%) técnicos da CPCJ exercem funções na

comissão alargada e na comissão restrita e 4 (36.4%) exercem funções apenas na comissão restrita (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica das entidades de 1ª e 2ª linha

	Docentes				Técnicos da CPCJ			
	M	DP	Min	Máx	M	DP	Min	Máx
Idade	50.50	4.097	42	57	44.64	7.737	28	54
	n		%		n		%	
Género								
Feminino	13		65.0		10		90.9	
Masculino	7		35.0		1		9.1	
Membro								
Agrupamento de escolas	19		95.0					
CPCJ	1		5.0					
Modalidade								
Comissão Alargada e Restrita					7		63.6	
Comissão Restrita					4		36.4	

2.2. Instrumentos

A etapa da recolha de dados constitui-se como fundamental na elaboração de um trabalho de investigação e, por conseguinte, de forma a obter um número considerável de participantes e rigor nas informações recolhidas (Fortin, 2009), definiu-se como instrumento de inquérito, o questionário.

Nesta perspetiva, e dado que existem dois tipos de público-alvo, os docentes e os técnicos das comissões de proteção, foi necessário construir dois questionários ajustados a cada uma das entidades, considerando os objetivos a que o estudo se propõe.

O questionário dirigido aos docentes (Anexo E) é constituído por 40 questões divididas em 8 grupos. O questionário para as CPCJ (Anexo F) é formado por 39 questões, distribuídas por 10 grupos. Ambos incluem questões de resposta estruturada e não estruturada, e de carácter obrigatório e não obrigatório.

Os dois questionários apresentam questões comuns e questões específicas para cada linha de ação. As questões similares dizem respeito à legitimidade da intervenção, nomeadamente à noção do conceito de perigo; aos princípios orientadores da

intervenção; à definição de conceitos; à intervenção das ECMIJ; ao consentimento; e às medidas (e sua duração) de promoção e proteção. Quanto às questões específicas, o questionário destinado aos docentes inclui um grupo relativo aos indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo e um grupo referente às suas competências, enquanto membros das ECMIJ. O questionário para os membros das CPCJ integra um grupo relativo às alterações legais ocorridas em 2015 que o técnico considera mais significativas e ainda dois grupos de questões centradas sobre as competências das comissões alargada e restrita.

Em ambos os questionários existem questões relativas a dados sociodemográficos. No questionário para as escolas questiona-se a idade, o género e, se além de docente, a pessoa também se integra como membro numa comissão de proteção. No questionário para as CPCJ, para além da idade e do género, pergunta-se ao técnico se pertence apenas a uma ou às duas comissões, alargada e restrita.

2.3. Procedimentos

Após a definição dos objetivos do estudo e o tipo de participantes, foram remetidos os pedidos de colaboração, via *email*, aos diretores dos agrupamentos escolares (Anexo B) e aos presidentes das comissões de proteção (Anexo C). Após uma resposta positiva de ambas as partes foram construídos os questionários, com base numa análise aprofundada à LPCJP.

De forma a testar os questionários recorreu-se a um grupo reduzido de pessoas, da rede de contactos da investigadora com conhecimento na matéria em causa, a fim de se verificar a necessidade de modificar ou manter o questionário, antes da sua aplicação efetiva. Este processo decorreu entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 (Anexo A). Assim, após a recolha e análise dos instrumentos de inquérito, deparamo-nos com a necessidade de efetuar pequenos ajustes, de modo a tornar mais fácil e perceptível o seu preenchimento. De um modo geral, considerámos relevante solicitar, também, a justificação das respostas negativas para além das respostas positivas e incluir “não sei” como opção de resposta nas questões de escolha múltipla.

Efetuada as devidas alterações, procedeu-se à construção dos questionários numa ferramenta online (LimeSurvey). São algumas as desvantagens apontadas aos questionários online, nomeadamente a ausência do investigador no momento do seu preenchimento, que impede o esclarecimento de dúvidas que possam surgir aos participantes, e a não garantia, ao investigador, de quem responde efetivamente ao

questionário (Pereira & Patrício, 2013). Por outro lado, pode surgir ausência de veracidade se os participantes responderem de acordo com os interesses de quem investiga ou se pretenderem “dar uma boa impressão de si próprios”, com efeito “esta é uma técnica que mede o que as pessoas dizem acreditar e não aquilo em que acreditam” (Martins, 2015, p. 7). Apesar das desvantagens mantivemos este método, uma vez que origina uma maior adesão por parte dos participantes (Pereira & Patrício, 2013), incentivando-os a responder com sinceridade (Martins, 2015).

Posteriormente, o inquérito foi disponibilizado, através de um *link*, aos diretores das escolas e aos presidentes das comissões de proteção, solicitado que o mesmo fosse transmitido aos demais colegas e colaboradores que assentiram em colaborar no estudo. Inicialmente foi solicitado aos participantes um período máximo de 15 dias para resposta, mas dada a insuficiência de respostas desejadas, surgiu a necessidade de prolongar o prazo. Deste modo, o período de recolha de dados decorreu entre os meses de março e maio de 2019 (Anexo A).

Depois de preenchidos os questionários, os dados foram transferidos do LimeSurvey para um ficheiro do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Por fim, procedeu-se à discussão e análise dos resultados obtidos.

Foi, também, elaborado o consentimento informado (Anexo D) que permitiu informar os participantes sobre o tema do estudo, os objetivos principais e todos os procedimentos realizados, assim como garantir o anonimato, a confidencialidade dos dados e o direito a recusar ou cessar a sua participação em qualquer altura e sem quaisquer consequências negativas. Mais ainda, os participantes foram, igualmente, informados que foi dado integral cumprimento às disposições previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

2.4. Técnicas de análise de dados

Como aludido anteriormente, para analisar e interpretar os dados obtidos, em resultado das informações recolhidas, recorreu-se ao SPSS, assumindo um grau de confiança de 95%, valor referência nas Ciências Sociais e Humanas, nas análises realizadas. Na perspetiva dos autores Pestana e Gageiro (2005), as técnicas estatísticas devem ser aplicadas de acordo com a natureza dos dados e das características das variáveis em análise. Neste sentido, no presente projeto, foram efetuadas as análises descritivas, como a média, o desvio-padrão, o mínimo e o máximo e, ainda, calculadas as frequências e percentagens.

A análise de conteúdo foi, além na análise estatística descritiva, uma técnica utilizada para apresentação dos resultados obtidos e surge com o propósito de apontar as principais opiniões dos docentes e dos técnicos da CPCJ, relativamente aos diversos conteúdos abordados ao longo do questionário. Desta forma, a informação recolhida é categorizada “por forma a estabelecer relações que expliquem os factos” e sempre que exista semelhança e sobreposição dos mesmos, constroem-se categorias que os englobem (Moreira, 1994, p. 103). Assim, dos relatos escritos dos participantes, o investigador procura categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as represente” (Caregnato & Mutti, 2006, cit. por Martins, 2018, p. 3).

3. Apresentação e discussão de resultados

Na apresentação e discussão dos resultados que se segue, e tendo em consideração que algumas das questões colocadas nos dois questionários eram distintas, iremos proceder a uma análise autónoma das questões que são específicas de cada grupo de participantes, seguindo-se a análise integrada de todos os participantes nas questões que são comuns a ambos os grupos. Iniciaremos a análise pelos dados relativos aos técnicos da CPCJ.

3.1. Perceções dos técnicos da CPCJ

3.1.1. Análise descritiva e de conteúdo da “Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens”

A análise descritiva efetuada com base nos dados recolhidos junto dos técnicos da CPCJ permite concluir que, dos 11 participantes, apenas 4 (36.4%) se encontram ligados à área da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo desde 2015, (Tabela 2). Estes dados podem indiciar a possibilidade de os restantes 7 (63.6%) não conhecerem as alterações ocorridas em 2015.

Com base nos Relatórios Anuais da Atividade das CPCJ, é evidente uma diminuição, a nível nacional, do número total de membros que as constituem, uma vez que o número total em 2015 é de 5283 (CNPDP CJ, 2016b) membros e o número total em 2018 é de 5162 (CNPDP CJ, 2019c).

Tabela 2

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Alteração à LPCJP” – Questão 1.1.

	n		%	
	Sim	Não	Sim	Não
1. Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.				
1.1. Em 2015 já se encontrava ligado(a) à área da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo?	4	7	36.4	63.6

A análise de conteúdo das respostas dos técnicos da CPCJ que, já em 2015 se encontravam ligados à área da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, sobre as três alterações mais significativas introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, evidencia que apenas 2 dos 4 técnicos responderam à questão (Tabela 3).

Tabela 3

Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos à “Alteração à LPCJP”

Categorias	F.	Unidades de registo	F.
Sim	4	Acréscimo dos serviços públicos na colaboração	1
		Adição do artigo 13.º A	1
		Prolongamento da duração do mandato dos membros da comissão	1
		Alargamento das competências das ECMIJ	1
		Consignação de tempo mensal para os elementos da Comissão	1
		Alargada	1
		Adição do n.º 2 do artigo 11.º	1
Não	7		

As respostas parecem evidenciar uma preocupação centrada sobre as alterações que se reportam às suas próprias pessoas, quer no que concerne à duração do mandato, quer ainda na consignação do tempo que lhes é concedido para o exercício das suas funções. Estes resultados podem configurar a dificuldade dos técnicos em dar a resposta atempada que cada processo reclama, por força do número excessivo de processos que cada um acompanha (Tabela 3).

É de salientar a ausência de referências às alterações centradas sobre aspetos nucleares da intervenção, designadamente o superior interesse da criança, atendendo às alterações no alargamento do conceito de perigo (art.º 3.º), o reforço das situações em que deve ser prestado consentimento (art.º 9.º), e, não menos importante, as mudanças notáveis aos princípios orientadores da intervenção (art.º 4.º), sendo que

estes últimos sustentam qualquer tipo de intervenção (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

3.1.2. Análise descritiva e de conteúdo das “Competências da comissão restrita e da comissão alargada”

À comissão alargada e à comissão restrita foram adicionadas novas competências. Por conseguinte, questionámos apenas os técnicos da CPCJ sobre a adição, ou não, de outras competências à exceção das que já existem.

É observável, na Tabela 4, que os técnicos inquiridos consideram desnecessário o acrescento de novas competências.

Tabela 4

Estatística descritiva das respostas dos técnicos às “Competências da comissão restrita e da comissão alargada” – Questões 7.1. e 8.1.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
7. Competência da comissão restrita.						
7.1. Considera que deviam ser adicionadas outras competências à comissão restrita para além das que já existem?	0	9	0		81.8	
8. Competência da comissão alargada.						
8.1. Considera que deviam ser adicionadas outras competências à comissão alargada para além das que já existem?	0	6	4		54.5	36.4

Para a comissão restrita, a totalidade dos técnicos respondeu “não” (n = 9, 81.8%), enquanto que na comissão alargada verifica-se a presença de uma percentagem de respostas “não sei” (n = 4, 36.4%), que parece indicar, como uma das possibilidades, que os técnicos que apontaram essa resposta pertencem apenas à comissão restrita, optando por não se pronunciar sobre as competências da comissão alargada. A incerteza evidente nas respostas pode ter surgido devido ao facto da adição

de novas competências alterar o método de trabalho e até sobrecarregar os técnicos, contudo, estes acharem que a comissão alargada poderia ter mais encargos.

As unidades de registo, e respetivas frequências, referentes às competências de cada uma das comissões, encontram-se patentes nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5

Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos às “Competências da comissão restrita”

Categorias	F.	Unidades de registo	F.
Sim	0		0
		Competências complexas	1
		Competências satisfatórias	1
Não	9	Competências da comissão restrita e da comissão alargada são as mesmas	1
Não sei	0		0

Tabela 6

Categorias e unidades de registo das respostas dos técnicos às “Competências da comissão alargada”

Categorias	F.	Unidades de registo	F.
Sim	0		0
		Cumprimento de funções amplo e satisfatório	4
Não	6	Comissão alargada, como definida, não tem capacidade para o aumento de respostas	1
Não sei	4		0

Os resultados obtidos vêm comprovar que a grande maioria dos técnicos considera que as funções atribuídas a cada uma das comissões são suficientemente abrangentes e requerem um esforço substancial, desde que sejam colocadas em prática (Tabelas 5 e 6).

3.2. Percepções dos docentes

3.2.1. Análise descritiva dos “Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo”

No que respeita aos resultados conseguidos sobre o grupo de questões exclusivo dos docentes, verifica-se, através da Tabela 7, que a maioria tem conhecimento de crianças/jovens em risco (n = 16, 80%), institucionalizados (n = 15, 75%) e sinalizados (n = 17, 85%) no agrupamento de escolas onde exercem funções.

No último ano, as CPCJ registaram 70151 processos de crianças e jovens, nos quais os menores entre os 15 e os 17 anos representam a percentagem mais elevada de casos, correspondente a 25.5, ao mesmo tempo que a faixa etária dos 11 aos 14 anos representa a segunda maior percentagem, relativa a 23.4 (CNPDP CJ, 2019c). A percentagem elevada de casos nas faixas etárias referidas vai ao encontro dos resultados obtidos nas respostas dos docentes, uma vez que a maior parte afirma, como mencionado anteriormente, ter conhecimento de crianças e jovens sinalizados. É de salientar que os docentes inquiridos lecionam no ensino básico e secundário, que corresponde a idades entre os 10 e os 17 anos de idade, o que coincide com as duas faixas etárias com maior número de casos de perigo sinalizados.

A generalidade (n = 19, 95%) afirma saber efetuar uma sinalização à CPCJ e, quando questionados sobre já terem sinalizado alguém ou dado indicações de sinalização, 9 (45%) dos 20 docentes responderam “sim”, sendo que 4 sinalizaram apenas 1 vez (44.4%), 2 sinalizaram 2 vezes (22.2%), 1 sinalizou 3 vezes (11.1%), 1 sinalizou 8 vezes (11.1%) e 1 sinalizou 15 vezes (11.1%) (Tabela 7).

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2018, os estabelecimentos de ensino são a entidade com a segunda maior percentagem, correspondente a 21.9, em relação às sinalizações de situações de perigo, sendo a autoridade policial a entidade que mais sinaliza. De igual modo, os agrupamentos escolares são as entidades que mais cooperam junto das CPCJ, com o objetivo de promover a proteção de crianças e jovens (CNPDP CJ, 2019c).

Tabela 7

Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo” – Questões 1.1. à 1.5.1.

	n		%	
1. Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo.	Sim	Não	Sim	Não
1.1. Tem conhecimento de crianças/jovens em risco na escola?	16	4	80.0	20.0
1.2. Tem conhecimento de crianças/jovens institucionalizados na escola?	15	5	75.0	25.0
1.3. Tem conhecimento de crianças/jovens sinalizados na escola?	17	3	85.0	15.0
1.4. Sabe como efetuar uma sinalização de criança ou jovem que se encontre em situação de perigo à CPCJ?	19	1	95.0	5.0
1.5. No exercício das suas funções, já sinalizou alguém ou deu indicações de sinalização?	9	11	45.0	55.0
	1	4	44.4	
	2	2	22.2	
1.5.1. Se sinalizou, quantas vezes?	3	1	11.1	
	8	1	11.1	
	15	1	11.1	

A Tabela 8 apresenta os indicadores mais utilizados numa sinalização, enfatizando que, dos 9 docentes que afirmam ter sinalizado, o indicador comportamental foi o mais utilizado (n = 5), apresentando uma percentagem de 25.

Tabela 8

Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de perigo mais utilizados” – Questão 1.5.2.

	n					%				
1. Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
1.5.2. Se sinalizou, que indicadores utilizou?										
Indicadores físicos	2	1	3	3	0	10.0	5.0	15.0	15.0	
Indicadores comportamentais	1	0	0	3	5	5.0			15.0	25.0
Indicadores académicos	2	0	2	4	1	10.0		10.0	20.0	5.0
Indicadores familiares	1	0	3	4	1	5.0		15.0	20.0	5.0

A Tabela 9 mostra a importância dos 4 indicadores de maus tratos, tanto para os docentes que já sinalizaram uma criança ou jovem em perigo, como para os docentes que nunca sinalizaram. Constatou-se que, no parecer dos docentes, o indicador comportamental é o mais importante numa sinalização (n = 7), com 35%, seguindo-se os indicadores familiares (n = 5) e físicos (n = 5), ambos com 25% e, por fim, o indicador académico (n = 4), com 20%.

Tabela 9

Estatística descritiva das respostas dos docentes aos “Indicadores de perigo mais importantes” – Questão 1.5.3.

	n				%			
1. Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo. 1.5.3. Se nunca sinalizou, que indicadores considera mais importantes numa sinalização?	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Nada importante	Pouco importante	Nada importante	Muito importante
Indicadores físicos	4	8	3	5	20.0	40.0	15.0	25.0
Indicadores comportamentais	2	4	7	7	10.0	20.0	35.0	35.0
Indicadores académicos	9	3	4	4	45.0	15.0	20.0	20.0
Indicadores familiares	3	5	7	5	15.0	25.0	35.0	25.0

Desta forma, após a análise das duas tabelas anteriores, conclui-se que para a totalidade dos participantes o indicador mais utilizado e, igualmente, mais importante, é o indicador comportamental (Tabelas 8 e 9, respetivamente).

Tendo em consideração a classificação dos indicadores de situações de perigo em físicos, comportamentais, académicos e familiares (CPCJ de Almada, s.d.), podemos definir as situações “negligência” (31.2%), “violência doméstica” (22.7%), “abandono” (1.4%), “mau trato psicológico” (2.1%), “abuso sexual” (1.9%) e “exploração infantil” (0.1%), como indicadores familiares, sendo que estes correspondem à maioria das situações comunicadas no último ano e cujo somatório perfaz 59.4%. A situação de perigo “comportamento de perigo na infância e juventude”, com 17.5%, enquadra-se nos indicadores comportamentais, o “direito à educação”, com 16%, insere-se nos indicadores académicos e, por fim, a situação de “mau trato físico”, com 4.8%, inclui-se nos indicadores físicos (CNPDPJ, 2019c, p. 35).

Assim sendo, os indicadores apontados como mais frequentes pelo relatório anual do ano precedente são os familiares, em contraponto com os indicadores comportamentais apontados pelos docentes inquiridos (Tabela 8). A convivência diária e o contacto direto dos docentes com as crianças e jovens explicam o uso maioritário de indicadores comportamentais, ao contrário dos indicadores familiares, os mais comunicados, em 2018, pelo relatório anual da comissão nacional, uma vez que a interação entre os docentes e os familiares é menos frequente.

3.2.2. Análise descritiva do “Nível de preparação das ECMIJ”

Exclusivamente aos docentes foi questionado o nível de preparação sobre o conjunto das novas atribuições impostas pela Lei, com o propósito de entender as suas posições relativamente a diferentes parâmetros.

Como se pode constatar na Tabela 10, importa salientar que, na tomada de decisões sobre avaliar (n = 7, 41.2%) e diagnosticar (n = 9, 52.9%) as situações de perigo, a maioria dos docentes dizem-se estar preparados. No entanto, uma parte significativa afirma pouca preparação (n = 5, 29.4%; n = 4, 23.5%, respetivamente).

Na implementação de estratégias de intervenção, é verificável uma semelhança entre o número de docentes “pouco preparados” (n = 6, 35.3%) e o de docentes “preparados” (n = 7, 41.2%) (Tabela 10).

Contrariamente aos parâmetros anteriores, os docentes revelam estar menos preparados na intervenção em situações de perigo (n = 9, 52.9). O mesmo acontece no acompanhamento da criança/jovem e da sua família no plano de intervenção definido (n = 7, 41.2%). Aqui, é ainda possível observar a existência de equidade entre docentes que se afirmam “preparados” (n = 4, 23.5%) e docentes “muito preparados” (n = 4, 23.5%) (Tabela 10).

Na execução de atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas, a grande parte dos docentes diverge entre o “pouco preparado” (n = 6, 35.3%) e o “muito preparado” (n = 5, 29.4%) (Tabela 10).

Tabela 10

Estatística descritiva das respostas dos docentes do “Nível de preparação das ECMJI”
- Questão 5.3.

	n				%			
5. Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.	Nada preparado	Pouco preparado	Preparado	Muito preparado	Nada preparado	Pouco preparado	Preparado	Muito preparado
5.3. Como membro de uma Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude, considera-se preparado para a tomada de decisão(ões) sobre:								
Avaliar em situações de risco e perigo.	1	5	7	4	5.9	29.4	41.2	23.5
Diagnosticar em situações de risco e perigo.	1	4	9	3	5.9	23.5	52.9	17.6
Intervir em situações de risco e perigo.	0	9	6	2		52.9	35.3	11.8
Implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco.	2	6	7	2	11.8	35.3	41.2	11.8
Acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres.	2	7	4	4	11.8	41.2	23.5	23.5
Executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial.	3	6	3	5	17.6	35.3	17.6	29.4

Analisando por inteiro os resultados obtidos nos diferentes parâmetros, constata-se que os docentes se sentem mais preparados em diagnosticar as situações de perigo (n = 9, 52.9%) e menos preparados em intervir em situações de perigo (n = 9, 52.9%) (Tabela 10). Estes resultados parecem indicar que uma boa parte não apresenta contacto suficiente com a sinalização de crianças e jovens em perigo, o que, por sua vez, causa uma inerente inexperiência e insegurança. Este facto mostra-se

São poucos os docentes que se afirmam “muito preparados”, porém, é satisfatório que se sintam, no mínimo, “preparados”, visto que assumem um papel primordial na promoção e proteção da criança/jovem.

Relativamente às alterações que sugeriam ao conceito de perigo, no sentido de melhorar/otimizar as suas intervenções, apenas 1 docente e 1 técnico da CPCJ responderam a esta questão (Tabela 12).

Tabela 12

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Conceito de perigo”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes Técnicos da CPCJ	É adequado	22		0
	Deveria ser mais amplo	3	Intervenção mais rápida	1
	Deveria ser mais restrito	1	Restringir a definição	1
	Não sei	5		0

No parecer do docente, o alargamento do conceito de perigo levaria a que intervenção fosse mais rápida, pelo que podemos concluir que este poderá ser positivo se a agilidade dessa intervenção for eficaz e corresponder aos direitos e interesses do menor. No entanto, é importante sublinhar que cada processo é singular, necessitando de mais ou menos tempo de intervenção.

Em oposição, a restrição da definição, sob o ponto de vista do técnico, poderá conferir maior segurança durante o processo interventivo, porém, em diferentes situações, a mesma poderá limitar o trabalho dos técnicos. Para além destas, a resposta do técnico poderá ser justificada pela elevada percentagem de comunicações arquivadas liminarmente (21.6% de todas as comunicações de perigo), como evidenciado no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2018. A maioria dos arquivamentos surge pela não confirmação da situação de perigo (33.2% de todos os casos arquivados), o que pode indicar incerteza acerca do conceito de perigo, devido à abrangência da sua definição (CNPDPJ, 2019c).

Entre as diversas alterações à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, o conceito de perigo foi ampliado tendo sido identificada uma nova situação que se reconduz naquele conceito. Desta forma, a criança está em perigo quando “está aos cuidados de terceiros durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais” (alínea d) do art.º 3.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, p. 7212).

A Tabela 13 apresenta os resultados obtidos sobre a nova situação de perigo, em que se verifica que as respostas dos docentes se dividem entre o “sim” (n = 9, 45%)

e o “não sei” (n = 11, 55%). Este resultado poderá, igualmente, significar ausência de experiência ou conhecimento sobre esta alteração e, desta forma, dificuldade em indicar se a mesma conduz, ou não, a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos.

Nos técnicos da CPCJ, a opinião divide-se, uma vez que 3 responderam “sim” (27.3%), 5 responderam “não” (45.4%) e 3 responderam “não sei” (27.3%). Assim, poderemos inferir que a resposta afirmativa dos 3 técnicos poderá estar relacionada com experiência própria ou, eventualmente, considerarem que a nova situação de perigo seja motivo de alterações no desempenho dos técnicos.

Dos técnicos que responderam “não sei” (n = 3, 27.3%), dois pertencem ao grupo dos que em 2015 ainda não se encontravam ligados à área da promoção e proteção de crianças e jovens, o que pode ajudar a explicar a efetiva falta de conhecimento sobre alterações verificadas.

Os técnicos que consideram que não existem mudanças no processo de intervenção parecem demonstrar falta de relevância suficiente para alterar significativamente o seu trabalho. Ao ser verdade, os técnicos revelam falta de cuidado na avaliação das relações de proximidade do menor e, conseqüentemente, do seu superior interesse. Segundo o acórdão n.º 758/04.8TBVFR-B.P1 do Tribunal da Relação do Porto (TRP), de 7 de maio de 2012, uma relação securizante e que promova o desenvolvimento do menor, deve ser mantida e prevalente sobre relações biológicas disruptivas. A própria criança/jovem deverá transmitir quem é, no seu entender, a figura afetiva preferencial, “aquela com quem a criança mantém uma relação de afeto recíproca e estável, presta cuidados, que a ama e protege, quem lhe proporciona condições para o seu desenvolvimento físico e psíquico, que a integrou na sua vida familiar (...)” (“Apelação”, para. 32). Em estudos da área da psicologia, o vínculo afetivo consiste na capacidade da criação de uma relação de afeto recíproca com o outro, considerando-se este fundamental no desenvolvimento saudável da criança (Bussab, 2013, cit. por Oliveira & Próchno, 2010). Ao reprimir as suas relações vinculativas pode alterar-se, pela negativa, o seu desenvolvimento, podendo até interferir na sua capacidade de desenvolver novas relações de afeto (Silva & Germano, 2015).

Por outro lado, as respostas negativas (Tabela 13) podem, também, indicar que, anteriormente à adição da nova situação de perigo, já eram valorizadas as relações vinculativas com terceiros, não alterando o exercício de funções dos técnicos, e que a mesma veio apenas reforçar a importância dessas mesmas relações. O acórdão

anterior, de 2012, enfatiza essa possibilidade, visto que alterações surgiram posteriormente, em 2015.

Tabela 13

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Nova situação de perigo” – Questão 2.2.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
2. Legitimidade da intervenção.						
2.2. Considera que a alínea d) do art.º 3.º aditada pela Lei 142/2015, de 8/9, conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?				Docentes		
	9	0	11	45.0		55.0
				Técnicos da CPCJ		
	3	5	3	27.3	45.5	27.3

Sobre o impacto emergente daquela alteração no exercício das suas funções, os participantes apontaram as unidades de registo constantes da Tabela 14.

Tabela 14

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Nova situação de perigo”

	Categorias	F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	9	Maior vigilância e atenção	2
			Avaliar a situação de perigo	1
			Intervir na vida da criança e da família	1
			Dar prevalência à família e aos interesses/direitos da criança	1
			Maior interação com os interessados	1
			Maior interligação entre as diversas entidades	1
			Adequar a intervenção à situação de perigo	1
			Avaliar as competências familiares	1
			Adotar medidas adequadas ao desenvolvimento da criança	1
			Acompanhamento e apoio constantes	1
Técnico CPCJ	Não	5	Acautelar as relações de vinculação	1
			Manter cuidado por terceiros, continuando contacto com pais	1
				0
	Não sei	14		0

As respostas das duas entidades que afirmam a existência de mudanças no exercício de funções parecem evidenciar que, após adição da nova situação de perigo, surge uma crescente preocupação dos técnicos relativamente ao interesse da criança, no que diz respeito às relações afetivas em caso de ausência dos pais.

3.3.2. Análise descritiva e de conteúdo dos “Princípios orientadores da intervenção”

Os resultados que se seguem dizem respeito aos princípios orientadores da intervenção, que como já referido sofreram alterações de grande relevo. A Tabela 15 confirma que a maioria dos docentes (n = 15%, 75%) e técnicos (n = 7, 63.6%) constata que o atendimento prioritário a relações de afeto de qualidade e significativas conduz a alterações na tomada das suas decisões.

Tabela 15

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio do superior interesse da criança ou do jovem” - Questão 3.1.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
3. Princípios orientadores da intervenção.						
3.1. Uma das alterações que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens sofreu foi na alínea a) do art.º 4.º.				Docentes		
Considera que esta alteração pode conduzir a decisões substancialmente diferentes por parte dos técnicos com responsabilidade nessa matéria?	15	1	3	75.0	5.0	15.0
				Técnicos da CPCJ		
	7	2	1	63.6	18.2	9.1

Após a análise de diversos acórdãos contata-se a importância e consequente aplicação prática da continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas. Na ausência de relações de afeto por parte dos progenitores podem ser aplicadas medidas que apoiam a permanência do menor junto de outros familiares (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), sendo que a vinculação afetiva ocorre mais facilmente no seio familiar. “Se a criança é amada, facilmente se deixa envolver e estar feliz com aqueles que a amam. E, se aqueles que amam a criança, forem da sua própria família, mais facilmente essa vinculação afetiva se torna uma realidade (...)” (Acórdão n.º 16633/16.0T8LSB-C.L1-7 do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), de 16 de novembro de 2016, “III.

Fundamentação”, para. 22). As relações afetivas podem ser determinantes na tomada de decisões do tribunal, como é visível no caso apresentado pelo acórdão n.º 1704/11.8TMLS.L1-7 do TRL, de 30 de setembro de 2014, em que uma relação vinculativa forte acabou por ser decisiva ao definir uma avó como a figura cuidadora principal.

Sobre a relevância das relações de afeto de qualidade e significativas, a Tabela 16 apresenta os motivos evidenciados pelos dois grupos de participantes. Os resultados parecem indicar que a prioridade dessas relações leva a uma responsabilidade e atenção redobradas, por parte dos técnicos, bem como a importância da continuidade da criança/jovem no seio familiar.

Tabela 16

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio do superior interesse da criança ou do jovem”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	15	Maior corresponsabilidade	1
			Maior atenção a relações afetivas	1
			Satisfazer as necessidades básicas da criança/jovem	1
			Adotar medidas que preservem o desenvolvimento afetivo	1
			Continuação de uma vinculação securizante	1
			Maior proximidade junto das partes	1
			Salvaguardar o afeto	1
Técnicos da CPCJ		7	Prevalência da criança na família biológica comprometida	1
			Foco no supremo interesse da criança/jovem	1
			Preferência em medidas em meio natural de vida	1
Docentes	Não	1	Consideração do superior interesse da criança/jovem na tomada de decisões	1
Técnicos da CPCJ		2	Técnicos já valorizavam a continuidade de relações afetivas	1
	Não sei	4		0

A tabela que se segue apresenta os resultados obtidos a respeito da alteração ao princípio da prevalência da família. Sem desvalorizar as demais alterações, esta manifesta-se de grande relevo, uma vez que a atual alínea h) refere “em família” ao

invés de “na sua família”, dando-se prevalência a todas as formas familiares, sejam elas biológicas (se possível), adotivas, “ou outras formas de integração familiar estáveis”, (artigo 4.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, p. 7212) em detrimento do acolhimento residencial.

Nas entidades de 1ª linha, 9 (45%) docentes afirmam que a nova formulação conduz a mudanças no trabalho dos técnicos e 7 (35%) dizem não saber se a mesma acarreta, ou não, eventuais alterações (Tabela 17), o que aparenta concluir incerteza em relação à importância de uma alteração que modifica completamente a finalidade do princípio.

Nas entidades de 2ª linha importa destacar que as respostas dos técnicos diferem entre a presença (n = 4, 36.4%) e a ausência (n = 5, 45.5%) de mudanças no exercício das suas funções (Tabela 17), parecendo não haver consenso entre os elementos constituintes da mesma entidade. Uma das possibilidades que estes resultados podem apresentar, é o facto de os técnicos, que responderam “não”, terem firme a opinião de que esta mudança em nada alterou o seu método de trabalho, uma vez que o procedimento de valorização de famílias, para além da família biológica, já acontecia anteriormente.

Tabela 17

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio da prevalência da família” – Questão 3.2.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
3. Princípios orientadores da intervenção.						
3.2. Uma das alterações que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens sofreu foi na alínea h) do art.º 4.º. Considera que esta alteração pode conduzir a decisões substancialmente diferentes por parte dos técnicos com responsabilidade nessa matéria?				Docentes		
	9	2	7	45.0	10.0	35.0
				Técnicos da CPCJ		
	4	5	1	36.4	45.5	9.1

Com fundamento em análises de acórdãos, é notório o cuidado em preservar o menor no seio familiar, uma vez que “é na família que a criança tem as ideais condições de crescimento e desenvolvimento e é aquela o centro primordial de desenvolvimento

dos afetos” (Acórdão n.º 1491/15.0T8PTM.E1 do Tribunal da Relação de Évora, de 19 de maio de 2016, “Sumário”, para. 3). Simultaneamente, na CRP, “os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial” (n.º 6 do artigo 36.º).

A Tabela 18 elucida as mudanças mais significativas apontadas pelos docentes e pelos técnicos.

Tabela 18

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Princípio da prevalência da família”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	9	Análise da continuidade da criança na família biológica	1
			Maior responsabilidade de diálogo	1
			Promoção de encontros entre os intervenientes	1
			Proposta de adoção no caso de inexistência de familiares com capacidades de acolhimento	1
			Reforço do apoio familiar	1
			Visão e atitude de maior proximidade por parte dos técnicos	1
			Maior capacidade de avaliar relações afetivas	1
Técnicos da CPCJ		4	Alargamento do conceito de família	1
			Prevalência do contexto familiar de afetos e estabilidade	1
Docentes	Não	2	Prevalência do núcleo familiar mesmo antes das alterações	1
	Não sei	8		0

As respostas parecem ir ao encontro do estipulado pela Lei, confirmando a preocupação e o cuidado evidentes das entidades, sejam elas de 1ª ou 2ª linha, na continuação da vinculação afetiva entre a criança e a sua família.

Ainda no domínio dos princípios orientadores da intervenção, questionámos os docentes e os técnicos sobre a eventualidade de ser ampliada a interpretação dos mesmos. É observável, pela Tabela 19, que em ambas as entidades as respostas dividem-se entre o “concordo”, o “não concordo” e o “não sei”, existindo uma percentagem mais elevada no “concordo”, no caso dos docentes (n = 8, 40%), e no “não concordo” no caso dos técnicos (n = 4, 36.4%). Estes resultados podem concluir, no caso dos docentes, desconhecimento da Lei, ou, por outro lado, ao estarem cientes dos princípios, partilham a opinião de que os mesmos não abrangem possibilidades suficientes para proceder a uma intervenção adequada.

Nas entidades de 2ª linha, a percentagem relativa ao “não concordo” (n = 4, 36.4%) poderá evidenciar a consciencialização por parte dos técnicos, uma vez que a possibilidade de extensão poderá dificultar o exercício das suas funções. Os técnicos que responderam “não sei” (n = 3, 27.3%) podem apresentar-se imparciais, cumprindo, apenas, o que está na Lei (Tabela 19).

Tabela 19

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Entendimento dos princípios orientadores da intervenção” – Questão 3.3.

	n			%		
	Concordo	Não concordo	Não sei	Concordo	Não concordo	Não sei
3. Princípios orientadores da intervenção.						
3.3. Relativamente aos princípios consignados na Lei, concorda que deveria ser alargada a interpretação dos mesmos?				Docentes		
	8	4	6	40.0	20.0	30.0
				Técnicos da CPCJ		
	3	4	3	27.3	36.4	27.3

A Tabela 20 apresenta a única unidade de registo apontada por um docente, e parece indicar que a eventualidade de ampliar o entendimento dos princípios permitirá, simultaneamente, um apoio mais alargado. Não obstante, o docente não mencionou com clareza em que sentido o apoio seria mais alargado, uma vez que o domínio dos princípios é muito vasto.

Tabela 20

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Entendimento dos princípios orientadores da intervenção”

	Categorias	F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Concordo	8	Permite e contribui para um apoio mais alargado	1
	Não concordo	8		0
	Não sei	9		0
	Total de frequências	28	Total de frequências	1

Além de inquirirmos as entidades de 1ª e 2ª linha sobre abrangência do entendimento dos princípios, questionámos, do mesmo modo, a sugestão da inclusão, ou não, de outros que não estejam consignados na Lei.

Dos resultados apresentados na Tabela 21 salienta-se o número elevado de respostas “não sei”, por parte dos docentes (n = 11, 55%) e, ainda que baixa, uma percentagem efetiva de repostas positivas (n = 4, 20%), o que poderá demonstrar, novamente, ausência de informação.

Por outro lado, no ponto de vista dos técnicos (n = 7, 63.6%), não se justifica a inclusão de outros princípios, em virtude da abrangência de diversos fatores que visam o superior interesse da criança/jovem. Importa, ainda, sublinhar que 3 (27.3%) técnicos responderam “não sei” (Tabela 21), indicando neutralidade ou desconhecimento relativos aos princípios orientadores da intervenção. Não é expectável que exista a possibilidade de desconhecimento, uma vez que é de a responsabilidade dos técnicos conhecer a Lei e consequentes alterações.

Tabela 21

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Inclusão de outros princípios orientadores da intervenção” – Questão 3.4.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
3. Princípios orientadores da intervenção.						
3.4. Sugere a inclusão de outros princípios que não estejam consignados na Lei?				Docentes		
	4	3	11	20.0	15.0	55.0
	Técnicos da CPCJ					
	0	7	3		63.6	27.3

A fim de justificarem as suas posições, os docentes e os técnicos apontaram as unidades de registo evidenciadas na Tabela 22.

Tabela 22

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Inclusão de outros princípios orientadores da intervenção”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	4	Estudar as condições das famílias	1
			Proporcionar meios de sustento prolongados e viáveis	1
Docentes		3	Princípios suficientes	1
Técnicos da CPCJ	Não	7	Nova redação da Lei mais completa	1
			Princípios mais abrangentes	1
			Princípios suficientes	1
	Não sei	14		0

Dos resultados apresentados na Tabela 22, saliento as unidades de registo “estudar as condições das famílias” e “proporcionar meios de sustento prolongados e viáveis”. A primeira unidade de registo mencionada indica que as condições familiares são meramente estudadas se for adicionado esse princípio à Lei, o que na verdade já acontece previamente a uma intervenção. A segunda unidade de registo, ainda que mencionada apenas uma vez, parece indicar que deveriam ser proporcionados meios de sustento, o que na verdade já existe, como é estipulado pelos art.º 39.º, 40.º, 43.º e 45.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

3.3.3. Análise descritiva e de conteúdo das “Definições”

À definição de situação de emergência foi aditada a “integridade psíquica” e, neste sentido, questionámos as duas entidades sobre as mudanças consequentes dessa alteração.

A percentagem mais elevada, nos docentes (n = 8, 40%) e nos técnicos (n = 7, 63.6%), aponta para mudanças no exercício de funções, indicando que esta alteração se tornou significativa (Tabela 23).

É igualmente visível que uma parte considerável de docentes (n = 7, 35%) afirma não saber sobre o impacto da alteração ocorrida, demonstrando, uma vez mais, falta de conhecimento sobre o método de trabalho dos técnicos (Tabela 23).

Tabela 23

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos das “Definições” – Questão 4.1.

	n			%		
4. Definições.	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
Docentes						
4.1. Uma das alterações que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens sofreu foi na alínea c) do art.º 5.º.	8	2	7	40.0	10.0	35.0
Técnicos da CPCJ						
Considera que esta alteração pode conduzir a decisões substancialmente diferentes por parte dos técnicos com responsabilidade nessa matéria?	7	2	1	63.6	18.2	9.1

A Tabela 24 apresenta as unidades de registo, e frequências, apontadas pelos docentes e técnicos, relativamente a nova definição de situação de emergência.

Tabela 24

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos às “Definições”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	8	Análise aprofundada e atempada das situações	1
			Questões psíquicas que requeiram intervenção imediata	1
			Maior atenção	1
			Preparação para o tipo de intervenção	1
			Maior celeridade de intervenção	1
Técnicos da CPCJ	Sim	7	Perspetiva diferente na análise das vivências da criança	1
			Valorização dos aspetos psicológicos	2
Docentes	Não	4	Funções do técnico já previam a situação aditada	1
	Não sei	8		0

Os resultados parecem indicar que esta alteração exige uma maior valorização dos aspetos psicológicos e, conseqüentemente, uma intervenção mais aprofundada. No entanto, há quem saliente a ideia de que as “funções do técnico já previam a situação aditada” (Tabela 24). Podendo ser verdade, o facto de estar redigida na Lei só vem reforçar a sua importância.

3.3.4. Análise descritiva e de conteúdo da “Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude”

À exceção dos princípios, as competências das ECMIJ foram objeto de alterações substanciais e dessa forma questionámos as duas entidades se dispunham desse conhecimento.

A Tabela 25 mostra os resultados obtidos e deles salientam-se que apenas 2 docentes (10%) afirmam ter conhecimento sobre as competências aditadas, enquanto os demais (n = 15, 75%) dizem não ter. Os resultados recolhidos mostram-se preocupantes, pois seria expectável que os docentes respondessem afirmativamente e não o inverso, visto que, enquanto entidades de 1ª linha, assumem um papel imprescindível na atuação inicial em situações de risco/perigo, pelo contacto direto e frequente com os menores.

De igual modo, era esperado que os 4 (36.4%) técnicos da CPCJ dispusessem de conhecimento das alterações, contudo, a falta de informação poderá ser justificada por terem iniciado as suas funções após as alterações ocorridas em 2015 (Tabela 25).

Tabela 25

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Conhecimento das competências das ECMIJ” - Questão 5.1

	n		%	
5. Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.	Sim	Não	Sim	Não
5.1. A alteração do artigo 7.º da Lei n.º 147/99 de 1/9 refletiu-se nas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.	Docentes			
Tem conhecimento dessas alterações?	2	15	10.0	75.0
	Técnicos da CPCJ			
	6	4	54.5	36.4

A partir das referidas alterações pretendemos compreender o modo como os participantes, nomeadamente os docentes, avaliam essas alterações (Tabela 26).

É evidente que na ausência de conhecimento sobre as atuais competências das ECMIJ, os docentes não tomam posição sobre serem positivas ou negativas essas alterações. Desta forma, através da Tabela 26, verifica-se que a maioria dos docentes

(n = 14, 70%) não sabe o efeito das mesmas. No entanto, apesar da baixa percentagem (15%), verifica-se que, para 3 docentes, essas alterações consideram-se positivas.

Para a grande parte dos técnicos (n = 7, 63.6%) essas alterações dizem-se positivas, como era de prever (Tabela 26).

Tabela 26

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos às “Alterações das competências das ECMIJ” - Questão 5.2.

	n				%			
	Positivas	Negativas	Neutras	Não sei	Positivas	Negativas	Neutras	Não sei
5. Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.								
5.2. Considera essas alterações:								
				Docentes				
	3	0	0	14	15.0			70.0
				Técnicos da CPCJ				
	7	0	0	3	63.6			27.3

Tendo em consideração as alterações significativas e substanciais às competências das ECMIJ, questionámos, ainda, os docentes e os técnicos a respeito da preparação dessas entidades em dar resposta às diversas situações (Tabela 27).

É notório que, atendendo aos resultados anteriores, as respostas dos docentes se situem entre o “não” (n = 5, 25%) e o “não sei” (n = 6, 30%), demonstrando, da parte dos que responderam “não”, uma consciencialização da falta de preparação em responder às suas funções. É pertinente destacar, ainda, os 6 (30%) docentes que responderam afirmativamente, dado que, previamente, uma boa parte apontou que não detinham conhecimento das alterações.

Nos técnicos é, igualmente, visível que, não conhecendo as alterações ocorridas, não é possível afirmar se as devidas entidades se encontram, ou não, preparadas em exercer as suas funções. A esses técnicos (n = 4) corresponde uma percentagem de 36.4.

Tabela 27

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Preparação das ECMIJ” – Questão 5.4.

	n			%		
5. Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
5.4. Considera que as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude se encontram preparadas para dar resposta conforme às alterações introduzidas na Lei?						
	Docentes					
	6	5	6	30.0	25.0	30.0
	Técnicos da CPCJ					
	1	5	4	9.1	45.5	36.4

Na Tabela 28 encontram-se explícitas as soluções/dificuldades apontadas pelas duas entidades relativamente a esta situação.

Tabela 28

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Preparação das ECMIJ”

	Categorias	F.	Unidades de registo	F.
	Sim	7		0
Docentes			Técnicos de ação social nas escolas	1
			Maior conhecimento das Leis e intervenientes	1
			Escassez de formação	1
		5	Renitências em sinalizar o perigo	1
			Falta de recursos técnicos	1
	Não		Pouco tempo dedicado aos técnicos	1
			Escassez de estabilidade das equipas	1
Técnicos da CPCJ			Formação específica	1
		5	Aumento de recursos humanos	1
			Formação	1
			Ações de sensibilização	1
	Não sei	10		0

Os resultados parecem indicar que as dificuldades identificadas, quer pelos docentes quer pelos técnicos, apontam no mesmo sentido, isto é, na falta de recursos

técnicos e ações de formação, o que conduz ao desconhecimento da legislação e, posteriormente, das suas funções enquanto entidades de 1ª linha, no caso dos docentes.

Ao analisar detalhadamente a Tabela 28, destaca-se a resposta “renitências em sinalizar o perigo”. Embora referida 1 vez, esta situação poderá, eventualmente, ocorrer, limitando o trabalho dos docentes e, conseqüentemente, o apoio e a proteção que devem ser dados à criança ou ao jovem. Além do mais, e de acordo com o princípio da intervenção precoce, “a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida” (alínea c) do 4.º art.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, p. 6117).

As soluções apontadas parecem ir ao encontro dos resultados da Tabela 10 (apresentada na página 31), respeitantes aos docentes, nomeadamente a necessidade de mais formação na área da promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, uma vez que, na existência de conhecimento das suas competências e, por conseguinte, na preparação da tomada de decisões, os docentes, enquanto entidades de 1ª linha, promovem e protegem, como é desejável que seja, o desenvolvimento do menor.

3.3.5. *Análise descritiva e de conteúdo do “Consentimento”*

Os resultados que se seguem dizem respeito às alterações ocorridas no artigo 9.º, uma vez que foram reforçadas as situações em que é necessário o consentimento.

A Tabela 29 evidencia que as respostas dos docentes diferem entre serem “positivas” essas alterações (n = 7, 35%) ou não saberem o efeito produzido pelas mesmas (n = 8, 40%). Este resultado poderá indicar que a redação anterior às alterações de 2015 não faz parte do conhecimento destes docentes, o que leva a que o verdadeiro impacto das mesmas não seja perceptível. Por outro lado, essas respostas demonstram, possivelmente, que as distintas circunstâncias em que, atualmente, ocorre o consentimento não são conhecidas pelos docentes.

Em contrapartida, a maioria dos técnicos (n = 8, 72.7%) considera “positivas” essas alterações, o que seria expectável visto que, com este reforço, aumentou consideravelmente a clareza das diferentes situações em que o consentimento necessita de ser registado (Tabela 29).

Tabela 29

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Consentimento” – Questão 6.1.

	n				%			
	Positivas	Negativas	Neutras	Não sei	Positivas	Negativas	Neutras	Não sei
6. Consentimento.								
6.1. No art.º 9.º da Lei n.º 147/99, de 1/9,					Docentes			
foram expressamente reforçadas as	7	1	1	8	35.0	5.0	5.0	40.0
situações em que é necessário o								
consentimento. No exercício das suas					Técnicos da CPCJ			
funções, considera-as:	8	0	2	0	72.7		18.2	

Conforme estipulado pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, o consentimento é um processo indispensável a qualquer processo interventivo, uma vez que “a intervenção das comissões de proteção (...) depende, (...), do consentimento expresso e, atualmente, prestado por escrito dos pais (...)” (p. 7213).

A importância e influência do consentimento encontra-se patente em diferentes acórdãos. No acórdão n.º 2545/16.1T8PRD.P1 do TRP, de 7 de maio de 2019, constata-se uma situação na qual os progenitores recusaram, inicialmente, a intervenção da CPCJ. Posteriormente, devido à forte possibilidade de o filho ser retirado, viram-se forçados a aceitar e a prestar o seu consentimento.

Numa outra situação, relatada no acórdão n.º 296/12.5TMMTS.P1 do TRP, de 13 de janeiro de 2014, é, igualmente, verificável o quanto a vida da criança pode ser alterada com a falta de consentimento dos progenitores. Neste caso, a institucionalização tornou-se a única alternativa para as crianças, logo após o consentimento ser retirado pelos pais, que primeiramente o tinham prestado.

Segundo os relatórios anuais da avaliação da atividade das CPCJ, é possível verificar que, em 2015, existiram 2882 casos remetidos a tribunal por ausência de consentimento (CNPDPJCJ, 2016b), sendo possível, deste modo, constatar um decréscimo de casos, que em 2018 corresponderam a 2112. Contudo, este número corresponde à terceira maior causa de cessação da intervenção, equivalente a 8% dos casos em que a atividade das CPCJ foi terminada. Do número total de casos, em 2018, 1402 (66,38%) situações ocorreram na fase da avaliação diagnóstica (CNPDPJCJ, 2019c).

A Tabela 30 apresenta as unidades de registo apontadas pelos docentes e pelos técnicos relativamente à prestação de consentimento.

Tabela 30

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Consentimento”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes		7	Sucesso da intervenção depende da concordância dos pais	1
			Clarificar situações em que o consentimento é necessário	1
Técnicos da CPCJ	Positivas	8	Reforço da relação de confiança pode aumentar a responsabilidade parental	1
			Importância do direito à informação	1
			Importância do consentimento de todas as pessoas ligadas à criança/jovem	1
Docentes	Negativas	1	Falta de consentimento impossibilita o acompanhamento	1
	Neutras	3		0
	Não sei	8		0

Os resultados da Tabela 30 mostram-se positivos, uma vez que as unidades de registo mencionadas, tanto pelos docentes como pelos técnicos, parecem evidenciar a existência de conhecimento sobre a importância de terem sido reforçadas as situações em que deve ser prestado o consentimento.

Efetivamente, a ausência de consentimento cessa a legitimidade das comissões de proteção para intervirem (n.º 8 do art.º 9.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), como mencionado pela resposta negativa do docente (Tabela 30), no entanto, o menor não deixa de ser acompanhado uma vez que, nestes casos em particular, surge intervenção judicial.

3.3.6. Análise descritiva e de conteúdo das “Medidas de promoção e proteção”

As medidas de promoção e proteção, como tem sido referido ao longo do projeto, têm como principal finalidade a proteção da criança/jovem de qualquer contexto de perigo, proporcionando-lhes condições que garantam o seu desenvolvimento integral

(art.º 34.º da LPCJP). Em razão da sua importância, questionámos os docentes e os técnicos sobre a possibilidade de restrição das medidas (Tabela 31).

Atendendo à análise da Tabela 31, os resultados aparentam indicar que os 9 docentes (45%) desconhecem as medidas de promoção e proteção e, por consequência, se as mesmas restringem, ou não, o trabalho dos técnicos. Ou, eventualmente, não entenderam o intuito da questão.

Os 5 docentes (25%) e a generalidade dos técnicos (n = 7, 63.6%), consideram taxativas as medidas de promoção e proteção, o que pressupõe que as mesmas limitem as opções de intervenção das CPCJ, e, conseqüentemente, a necessidade de rever ou adicionar novas medidas (Tabela 31). Este resultado não seria de prever devido à abrangência de situações atualmente previstas na Lei.

Tabela 31

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos às “Medidas de promoção e proteção” – Questão 9.1.

	n			%		
9. Medidas.	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
9.1. Considera taxativas as medidas de promoção e proteção previstas no art.º 35.º da Lei n.º 147/99, de 1/9?				Docentes		
	5	3	9	25.0	15.0	45.0
	Técnicos da CPCJ					
	7	2	0	63.6	18.2	

A Tabela 32 mostra as respostas obtidas das duas entidades, quando abordadas sobre a possibilidade de serem adotadas novas medidas.

Com fundamento da sua análise, enfatiza-se que a grande maioria dos docentes (n = 13, 65%) afirma não saber se faria, ou não, sentido o acréscimo de novas medidas. No entanto, para os demais (n = 4, 20%) seria congruente a adição de outras possibilidades de promoção e proteção.

Nos técnicos (n = 7, 63.6%), as respostas parecem contrariar as obtidas anteriormente, uma vez que seria expeável que estes pretendessem a adição de novas medidas, pelo facto de considerarem restritivas as medidas vigentes na Lei.

Tabela 32

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Aditamento de outras medidas de promoção e proteção” – Questão 9.2.

	n			%		
	Sim	Não	Não sei	Sim	Não	Não sei
9. Medidas.						
9.2. Faria sentido acrescentar outras medidas?						
	Docentes					
	4	0	13	20.0		65.0
	Técnicos da CPCJ					
	1	7	1	9.1	63.6	9.1

A Tabela 33 apresenta as unidades de registo, e respetivas frequências, apontadas pelos docentes e pelos técnicos, à eventualidade da adição de outras medidas.

Tabela 33

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos ao “Aditamento de outras medidas de promoção e proteção”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Sim	4	Apadrinhamento civil	1
			Concretização das medidas existentes na Lei,	1
Técnicos da CPCJ	Não	7	nomeadamente as famílias de acolhimento	
			Medidas adequadas aos problemas existentes	3
			Medidas próximas da realidade	1
	Não sei	14		0

Em concordância, e como seria de esperar, os técnicos justificam que as medidas já são adequadas e suficientes para salvaguardar o superior interesse da criança/jovem.

O apadrinhamento civil já é, na verdade, uma medida em vigor, aprovada pela Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, no entanto a resposta do docente poderá indicar que a mesma deveria ser aditada às atuais medidas.

3.3.7. Análise descritiva e de conteúdo da “Duração das medidas de promoção e proteção”

No âmbito, ainda, das medidas de promoção e proteção considerámos pertinente questionar as duas entidades sobre a duração máxima ideal, em meses, para cada uma das medidas.

Referente à medida apoio junto dos pais, grande parte dos docentes ($n = 7$, 41.2%) indica que a duração ideal seria 12 meses. A média correspondente ao número de meses é 13.06 (± 8.99) (Tabela 34).

Tabela 34

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio junto dos pais” – Questão 10.1.

n						%				
10. Medidas										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	3	6	12	24	36	3	6	12	24	36
Apoio junto dos pais.						Docentes				
	2	4	7	3	1	11.8	23.5	41.2	17.6	5.9
M = 13.06	DP = 8.99									

O período para a aplicação desta medida, na opinião de 6 técnicos, divide-se entre os 12 ($n = 3$, 33.3%) e os 18 meses ($n = 3$, 33.3%). A média correspondente ao número de meses é 13.67 (± 6.55) (Tabela 35).

Tabela 35

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio junto dos pais” – Questão 10.1.

	n					%				
10. Medidas.										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	3	6	12	18	24	3	6	12	18	24
Apoio junto dos pais.										
						Técnicos da CPCJ				
	1	1	3	3	1	11.1	11.1	33.3	33.3	11.1
M = 13.67	DP = 6.55									

Na medida apoio junto de outro familiar, os docentes (n = 9, 52.9%) consideram a duração ideal de 12 meses (Tabela 36), enquanto que nos técnicos o período razoável varia entre os 12 (n = 2, 22.2%), os 18 (n = 3, 33.3%) e os 24 meses (n = 2, 22.2%) (Tabela 37). A duração média de meses para os docentes é 10.88 (\pm 6.08) (Tabela 36) e para os técnicos é 15.00 (\pm 7.34) (Tabela 37).

Tabela 36

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio junto do outro familiar” – Questão 10.1.

	n					%				
10. Medidas.										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	2	3	6	12	24	2	3	6	12	24
Apoio junto de outro familiar.						Docentes				
	1	1	4	9	2	5.9	5.9	23.5	52.9	11.8
M = 10.88	DP = 6.08									

Tabela 37

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio junto do outro familiar” – Questão 10.1.

	n					%				
10. Medidas.										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	3	6	12	18	24	3	6	12	18	24
Apoio junto de outro familiar.										
						Técnicos da CPCJ				
	1	1	2	3	2	11.1	11.1	22.2	33.3	22.2
M = 15.00	DP = 7.34									

Para a medida confiança a pessoa idónea, os docentes repartem-se entre os 6 (n = 7, 41.2%) e os 12 meses (n = 6, 35.3%) (Tabela 38) e os técnicos entre os 12 (n = 2, 22.2%), os 18 (n = 3, 33.3%) e os 24 meses (n = 2, 22.2%) (Tabela 39). A duração média de meses para os docentes é 7.47 (± 4.01) (Tabela 38) e para os técnicos é 15.00 (± 7.34) (Tabela 39).

Tabela 38

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: confiança a pessoa idónea” – Questão 10.1.

	n						%					
10. Medidas.												
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	0	1	3	6	9	12	0	1	3	6	9	12
Confiança a pessoa idónea.							Docentes					
	1	1	1	7	1	6	5.9	5.9	5.9	41.2	5.9	35.3
M = 7.47	DP = 4.01											

Tabela 39

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: confiança a pessoa idónea” – Questão 10.1.

	n					%				
10. Medidas.										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	3	6	12	18	24	3	6	12	18	24
Confiança a pessoa idónea.	Técnicos da CPCJ									
	1	1	2	3	2	11.1	11.1	22.2	33.3	22.2
M = 15.00	DP = 7.34									

A respeito do apoio para a autonomia de vida, os docentes (n = 8, 47.1%) apontaram que o tempo ideal para a execução da medida seria 12 meses (Tabela 40), contrariamente à opinião dos técnicos (n = 5, 55.6%) que consideram ser ideal uma duração de 24 meses (Tabela 41). A duração média de meses para os docentes é 13.29 (± 8.97) (Tabela 40) e para os técnicos é 20.67 (± 9.53) (Tabela 41).

Tabela 40

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: apoio para a autonomia de vida” – Questão 10.1.

n							%						
10. Medidas.													
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	1	3	6	12	24	36	1	3	6	12	24	36	
Apoio para autonomia de vida.	Docentes												
	1	1	3	8	3	1	5.9	5.9	17.6	47.1	17.6	5.9	
M = 13.29	DP = 8.97												

Tabela 41

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: apoio para a autonomia de vida” – Questão 10.1.

	n				%			
10. Medidas.								
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	6	18	24	36	6	18	24	36
Apoio para autonomia de vida.	Técnicos da CPCJ							
	2	1	5	1	22.2	11.1	55.6	11.1
M = 20.67	DP = 9.53							

Para a medida do acolhimento familiar, é observável, pela Tabela 42, uma aproximação do número de docentes que indicam que esta medida devesse decorrer em 6 (n = 6, 35.3%) ou em 12 meses (n = 7, 41.2%). A média correspondente ao número de meses é 10.82 (± 8.33).

Em contrapartida, para os técnicos (n = 5, 55.6%) seria ideal que a mesma ocorresse num período máximo de 24 meses. A média correspondente ao número de meses é 19.33 (± 6.55) (Tabela 43).

Tabela 42

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: acolhimento familiar” – Questão 10.1.

					n					%				
10. Medidas.														
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?					2	6	12	24	36	2	6	12	24	36
Acolhimento familiar.					Docentes									
					2	6	7	1	1	11.8	35.3	41.2	5.9	5.9
M = 10.82					DP = 8.33									

Tabela 43

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: acolhimento familiar” – Questão 10.1.

	n				%			
10. Medidas.								
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	6	12	18	24	6	12	18	24
Acolhimento familiar.	Técnicos da CPCJ							
	1	1	2	5	11.1	11.1	22.2	55.6
M = 19.33	DP = 6.55							

A medida do acolhimento residencial deveria decorrer, na apreciação dos docentes, em 6 (n = 7, 41.2%) ou em 12 meses (n = 5, 29.4%). A média correspondente ao número de meses é 7.71 (± 5.86) (Tabela 44).

Nos técnicos a opinião divide-se, uma vez que responderam 12 (n = 2, 22.2%), 18 (n = 2, 22.2%) e, com maior percentagem, 24 meses (n = 3, 33.3%). A média correspondente ao número de meses é 15.33 (± 8.54) (Tabela 45).

Tabela 44

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: acolhimento residencial” – Questão 10.1.

	n						%					
10. Medidas.												
10.1. Na sua opinião, qual seria												
a duração máxima ideal (em	0	1	3	6	12	24	0	1	3	6	12	24
meses) para cada uma das												
medidas?												
Acolhimento residencial.	Docentes											
	1	2	1	7	5	1	5.9	11.8	5.9	41.2	29.4	5.9
M = 7.71	DP = 5.86											

Tabela 45

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: acolhimento residencial” – Questão 10.1.

	n					%				
10. Medidas.										
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	0	6	12	18	24	0	6	12	18	24
Acolhimento residencial.						Técnicos da CPCJ				
	1	1	2	2	3	11.1	11.1	22.2	22.2	33.3
M = 15.33	DP = 8.54									

Alusiva à medida confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção, adicionada após as alterações de 2015, os docentes (n = 8, 47.1%) julgam que seria ideal que a mesma decorresse no período de 12 meses. A média correspondente ao número de meses é 12.47 (\pm 12.01) (Tabela 46).

Tabela 46

Estatística descritiva das respostas dos docentes à “Medida: Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção” – Questão 10.1.

	n								%							
10. Medidas.																
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	1	3	6	9	12	36	48	1	3	6	9	12	36	48		
Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção.	Docentes															
	2	1	3	1	8	1	1	11.8	5.9	17.6	5.9	47.1	5.9	5.9		
M = 12.47	DP = 12.011															

Para os técnicos, a medida supracitada deveria ocorrer em 6 (n = 3, 33.3%), 18 (n = 2, 22.2%) ou 24 meses (n = 3, 33.3%). A média correspondente ao número de meses é 15.33 (\pm 8.00) (Tabela 47).

Tabela 47

Estatística descritiva das respostas dos técnicos à “Medida: Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção” – Questão 10.1.

	n				%			
10. Medidas.								
10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal (em meses) para cada uma das medidas?	6	12	18	24	6	12	18	24
Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista a adoção.	Técnicos da CPCJ							
	3	1	2	3	33.3	11.1	22.2	33.3
M = 15.33	DP = 8.00							

Com base nos resultados das tabelas antecedentes verifica-se que a medida de apoio junto dos pais apresenta a menor média (M = 13.67) quando considerada pelos técnicos (Tabela 35). Este resultado não seria de prever, uma vez que esta medida promove a permanência da criança no seio familiar, ao mesmo tempo que a sustenta em conjunto com os pais (art.º 39.º da LPCJP). Desta maneira, a duração de meses deveria ser a mais alargada possível.

A partir das respostas dos docentes, a medida confiança a pessoa idónea apresenta a média mais baixa (M = 7.47) (Tabela 38), o que parece indicar que, na opinião dos mesmos, a criança deve encontrar-se o menor tempo possível fora do seu seio familiar, ainda que existam relações de afetividade com a pessoa cuidadora (art.º 43.º da LPCJP).

As médias mais altas (M = 13.29, nos docentes e M = 20.67, nos técnicos) (Tabelas 40 e 41, respetivamente), coincidentes entre as duas entidades, correspondem à medida apoio para autonomia de vida, que, como indica a sua designação, pretende apoiar o jovem para o início da sua vida independente, existindo sentido na prolongação do número de meses (art.º 45.º da LPCJP).

É de salientar que, evidentemente, o número de meses apontado pelos técnicos vai ao encontro do que está estipulado pela Lei, ao contrário dos docentes que apresentam durações das medidas afastadas da realidade.

Com base nos relatórios anuais da atividade das CPCJ, de 2015 a 2018, é possível verificar que a medida mais aplicada, ao longo dos últimos 4 anos, é o apoio junto dos pais (CNPDPCJ, 2016b; CNPDPCJ, 2019c). Contudo é observável uma acentuada diminuição da aplicação das medidas, que se manteve com número de casos constante entre 2015 e 2017 (CNPDPCJ, 2016b; CNPDPCJ, 2018), e que, entretanto, diminuiu abruptamente entre 2017 (29148 casos) e 2018 (14007 casos) (CNPDPCJ, 2018; CNPDPCJ, 2019c).

Em virtude das medidas de promoção e proteção poderem ser reversíveis, os participantes foram inquiridos sobre o efeito, positivo ou negativo, dessa eventualidade.

Deste modo, os resultados apontados na Tabela 48 evidenciam que para a maioria dos docentes (n = 10, 50%) e técnicos (n = 7, 63.6%), a possibilidade de proceder à alteração de uma medida, substituindo a que estiver em vigor por outra, é positiva. Este resultado seria o exetável, uma vez que o objetivo da reversão é manter a criança/jovem no seu seio familiar.

No entanto, verifica-se, como em resultados anteriores, uma percentagem de docentes (n = 6, 30%) que não mostra o seu posicionamento (Tabela 48). Em consequência disso, parece não existir um entendimento sobre a forma como o conceito é aplicável nas medidas.

O acórdão n.º 1348/15.5T8GDM.P1 do TRP, de 11 de outubro de 2016, evidencia uma situação de possível adoção que pode ser revertida, no fim de um ano, caso não se apresentem candidatos adequados. Essa reversão passa pela avaliação das condições sociofamiliares da progenitora, que voltará à guarda do menor caso assim seja favorável. Este caso comprova que as medidas podem ser revertidas, mesmo em situações mais agravadas, como é o caso de um candidato à adoção.

Tabela 48

Estatística descritiva das respostas dos docentes e dos técnicos à “Reversibilidade das medidas de promoção e proteção” – Questão 10.2.

		n			%	
		Positiva para a criança/jovem	Negativa para a criança/jovem	Não sei	Positiva para a criança/jovem	Negativa para a criança/jovem
10. Duração das medidas de promoção e proteção.						
10.2. Considera que a reversibilidade das medidas de promoção e proteção é:						
				Docentes		
		10	1	6	50.0	5.0
				Técnicos da CPCJ		
		7	1	1	63.6	9.1

As unidades de registo, e frequências correspondentes, sobre a reversibilidade das medidas encontram-se evidenciadas na Tabela 49.

Tabela 49

Categorias e unidades de registo das respostas dos docentes e dos técnicos à “Reversibilidade das medidas de promoção e proteção”

Categorias		F.	Unidades de registo	F.
Docentes	Positiva para a criança/jovem	10	Medidas adequadas/adaptadas a situações conjunturais	5
Técnicos da CPCJ	Negativa para a criança/jovem	7	Medidas adaptadas às diferentes situações	3
Técnicos da CPCJ	Não sei	1	Mais tempo e instabilidade	1
		7		0

Os resultados parecem indicar que, na generalidade das respostas, as medidas existentes são aplicáveis a diversas circunstâncias e passíveis de serem alteradas a qualquer momento, dependendo da situação atual da criança/jovem (Tabela 49).

Os processos burocráticos podem conduzir a maior tempo de intervenção, e consequente, instabilidade do menor, no entanto, importa que os mesmos assegurem o desenvolvimento e bem-estar da criança/jovem (Tabela 49).

CONCLUSÃO

A investigação que agora se conclui centrou-se sobre a perceção de docentes e técnicos da CPCJ, enquanto entidades de 1ª e 2ª linha respetivamente, em relação às alterações ocorridas em 2015 à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. De facto, e conforme mencionado ao longo do trabalho, a articulação entre as entidades de 1ª e 2ª linha é crucial na deteção precoce de situações de risco e perigo, evitando, desse modo, a exposição da criança/jovem a ambientes suscetíveis de prejudicar o seu desenvolvimento.

Os resultados evidenciam que os técnicos, quando questionados sobre as alterações mais significativas, conferem maior ênfase a aspetos relativos ao seu próprio trabalho/interesse, comparativamente a aspetos relativos ao superior interesse da criança/jovem. Este posicionamento é diverso daquele que norteou o legislador nas alterações que, entretanto, vazou na Lei 147/99, embora não seja despidendo para aquele posicionamento o volume de trabalho que está acometido a cada técnico.

Nos docentes, as áreas de maior fragilidade no que ao conhecimento da Lei se refere são suscetíveis de serem apreciadas através das respostas “não sei”, nomeadamente: a possibilidade de inclusão de novos princípios; as situações em que o consentimento é prestado; a restrição de medidas e a viabilidade de adição de novas medidas. É de notar, ainda, que as alterações, significativas, às competências atribuídas às ECMIJ não são conhecidas pelos docentes, limitando o seu espaço de intervenção. Deste modo, a formação específica direcionada aos docentes sobre as competências e espaços de intervenção das entidades de 1ª linha, apresenta-se como uma necessidade de grande relevo e urgência, no sentido de reforçar a promoção e proteção de crianças/jovens. A necessidade de formação dos docentes, tendo em consideração que é a partir das entidades de 1ª linha que ocorre o maior número de sinalizações (CNPDPJ, 2019c), torna-se ainda mais urgente e imperativa. Apesar das diferentes alterações e dificuldades evidentes no conhecimento da Lei, os docentes possuem confiança para, quando confrontados com uma eventual situação de perigo, proceder a uma correta sinalização, não obstante poucos assumem já o ter feito.

Os resultados de ambas as entidades remetem para a concordância entre os docentes e os técnicos relativamente à adequação do conceito de perigo, às alterações da alínea a) do art.º 4.º relativo aos princípios orientadores da intervenção, ao aditamento da integridade psíquica na definição de situação de emergência, à duração em meses da medida de apoio para a autonomia de vida e à reversibilidade das

medidas. Não obstante, os técnicos da CPCJ encontram-se mais familiarizados do que os docentes relativamente à Lei e às suas alterações.

No que às limitações deste estudo concerne, destacamos a resistência dos potenciais participantes em colaborar no preenchimento do questionário, que se traduziu numa amostra que, sendo importante, se considera reduzida.

Acresce a escassez de estudos sobre esta temática o que não permitiu estabelecer uma discussão mais profícua como era nossa vontade.

Para trabalhos futuros, é nosso entendimento que o número de participantes deve ser mais elevado e abranger outros setores como a saúde ou a ação social, já que a educação não é a única área integrada nas entidades de 1ª linha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora. (2016). *N.º do processo: 1491/15.0T8PTM.E1*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/-/5883D7BC1CA6701880257FC6004DAD6F>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. (2014). *N.º do processo: 1704/11.8TMLSB.L1-7*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/b7d75900650f664a80257d970058fd8c?OpenDocument&Highlight=0%2Cafeto%2Ccriança>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. (2016). *N.º do processo: 16633/16.0T8LSB-C.L1-7*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/03aebd977332e44a802580ac003f6728?OpenDocument&Highlight=0,criança,em,perigo,importância,das,relações,afetivas>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto. (2012). *N.º do processo: 758/04.8TBVFR-B.P1*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/e2636f06c9288d8c80257a1b0048914e?OpenDocument&Highlight=0,crianças,em,perigo,relações,de,vinculação,terceiros>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto. (2014). *N.º do processo: 296/12.5TMMTS.P1*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/59c4f89d8e11ba3980257c6e0033c770?OpenDocument&Highlight=0,consentimento,pais,criança>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto. (2016). *N.º do processo: 1348/15.5T8GDM.P1*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/6df68d6a35acf14a802580560052548a?OpenDocument&Highlight=0%2Ccrianças%2Cafeto&fbclid=IwAR3REgMXaIAL5y4MR-rGGgKT6lQKgcBi5aH0eewxtFpxpxDt8qYD8tvB0vl>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto. (2019). *N.º do processo: 2545/16.1T8PRD.P1*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/c9e0732d9241a7cb8025841600513dde?OpenDocument&Highlight=0,consentimento,pais,criança>

- Batista, C., & Sousa, M. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, tese e relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012). *1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens*. Paper the presented at the Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4156>
- Carvalho, A. (2015). *Proteção de Crianças e Jovens em Portugal* (Tese de Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/16764>
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada. (s.d.). *Indicadores de Perigo*. Obtido de <https://sites.google.com/site/cpcjdealmada/indicadores-de-perigo>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2016a). *Sistema de Proteção Português: 04 – Modelo de Intervenção*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/direitos-das-criancas/legislacao/legislacao-nacional/sistema-de-protecao-portugues.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2016b). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2015*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens 2017*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2019a). *Conceito de Risco/Perigo*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/materiais-diversos/a-crianca-em-risco/conceito-de-riscoperigo.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2019b). *Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – O que são*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/o-que-sao.aspx>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2019c). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018*. Obtido de <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>

Constituição da República Portuguesa, de 25 de abril de 1976.

Declaração dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959.

Decreto-Lei n.º 44288/62, de 20 de abril de 1962. Dos tribunais tutelares de menores.

Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro de 1966. Código Civil Português.

Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro de 1978. Organização Tutelar de Menores.

Decreto-Lei n.º 189/91, de 17 de maio de 1991. Criação, competência e funcionamento das comissões de proteção dos menores.

Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de setembro de 1992. Acolhimento familiar.

Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro de 2008. Ação da saúde para Crianças e Jovens em Risco.

Diário da República. (2019). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Obtido de <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Dias, A. (2007). *O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX* (Tese de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. Obtido de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/482>

Direção Geral da Educação. (s.d.). *Promoção e Proteção dos Direitos da Criança - Guia de orientações para profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Obtido de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EIPSE/_guias_guia_educacao.pdf

Direção Geral da Saúde. (2007). *Maus tratos em crianças e jovens - Intervenção da Saúde*. Obtido de <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/maus-tratos-em-criancas-e-jovens-intervencao-da-saude-pdf.aspx>

Direção Geral da Saúde. (s.d.). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças - Guia de orientações para os profissionais de ação social na abordagem de situações de perigo*. Obtido de <https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/saude-escolar/ficheiros-externos/guia-de-orientacoes-para-os-profissionais-da-accao-social-na-abordagem-de-situacoes-de-perigo-pdf.aspx>

Fortin, M., F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.

Ferreira, P. (2005). *Estatística descritiva e inferencial: Breves notas*. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/9961>

Freitas, H., & Moscarola, J. (2002). Da observação à decisão: Métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. *RAE-eletrônica*, 1(1), 2-30. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06.pdf>

- Gonçalves, M., & Sani, A. (2013). Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente. *e-cadernos CES*, 20, 186-200. Obtido de <https://journals.openedition.org/eces/1728#tocto2n2>
- Kosher, H., Ben-Arieh, A., & Hendeslman, Y. (2016). *Children's Rights and Social Work*. Obtido de <https://www.springer.com/la/book/9783319439181>
- Lebech, M. (2004). What is human dignity?. *Maynooth philosophical papers*, 2, 59-69. Obtido de <https://pdfs.semanticscholar.org/2a08/8148f2355c828597e6cfb96d10b635d9abe6.pdf>
- Lei n.º 82/77, de 6 de dezembro. Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Lei Tutelar Educativa.
- Lei n.º 35/2004, de 29 de julho. Regulamentação do Código do Trabalho.
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Código do Trabalho.
- Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro. Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil.
- Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.
- Manata, C. (2008). *Direitos das crianças e intervenção que competências?*. Paper the presented at the Centro Ismaili (Manuscrito não publicado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- Martins, E. (2015). *Técnicas de investigação: instrumentos, estratégias e análises documentais utilizadas pelos investigadores para a recolha de informação* (Manuscrito não publicado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- Martins, E. (2018). *Análise de Conteúdo* (Manuscrito não publicado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- Melo, A. T., & Alarcão, M. (2011). Avaliação em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador. *Análise Psicológica*, 3(XIX), 451-466. Obtido de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0870-82312011000300006&lng=pt&nrm=iso
- Morais, A. M., & Neves, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 75-104.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias de investigação social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Oliveira, S., & Próchno, C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera da adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 62-84. Obtido de

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100006&lng=en&tlng=en&fbclid=IwAR28dbfVByObyHEGZ_aRltiW3RC9RIq-jjqUz7-NNnM4EqxpBzJzRfoS7g
- Pereira, A., & Patrício, T. (2013). *Guia prático de utilização do SPSS – Análise de dados para as ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H., Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Procuradoria-Geral Distrital do Porto. (2019a). *Quem deve intervir quando uma criança se encontra numa destas situações?*. Obtido de <https://www.pgdporto.pt/procweb/faq.jsf?ctxId=14&subCtxId=22&faqId=795&show=&offset=>
- Procuradoria-Geral Distrital do Porto. (2019b). *Quem são e o que podem fazer as entidades com competência em matéria de infância e juventude?* Obtido de <https://www.pgdporto.pt/procweb/faq.jsf?ctxId=14&subCtxId=22&faqId=795&show=&offset=>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, de 3 de novembro. Processo interministerial e interinstitucional de reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco.
- Schach, V. (2015). Roda dos expostos: do abandono social histórico à vulnerabilidade afetiva de crianças na atualidade. *Revista Batista Pioneira*, 4(1), 75-89. Obtido de <http://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/85/113>
- Segurança Social. (s.d.). *Edição Comemorativa da Lei de Proteção da Infância, de 27 de maio de 1911*. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/13588/lei_proteccao_infancia/955222e6-dcab-4fe1-b0f5-82d0c9bc40e9
- Silva, M., & Germano, Z. (2015). Perspetiva psicanalítica do vínculo afetivo: o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento. *Psicologia Ensino & Formação*, 6(2), 37-53. Obtido de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612015000200004
- Souza, F. N., Costa, A. P., & Moreira, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do Software WebQDA. *EDUSER: Revista de Educação*, 3(1), 19-30.
- UNICEF. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Obtido de https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

United Nations. (2019). *History of the Document*. Obtido de <http://www.un.org/en/sections/universal-declaration/history-document/index.html>

ANEXOS

Anexo A - Cronograma das atividades

Atividades:	Meses/semana:																				
	Setembro (2018)					Outubro (2018)					Novembro (2018)					Dezembro (2018)					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Pesquisa bibliográfica.																					
Definição do tema.																					
Seleção dos participantes.																					
Contacto e pedido de colaboração aos participantes.																					
Análise da LPCJP para a construção do instrumento de inquérito: questionário.																					
Construção do consentimento informado e dos questionários para a recolha de dados.																					
Aplicação dos pré-questionários.																					
Recolha dos pré-questionários.																					
	Janeiro (2019)					Fevereiro (2019)					Março (2019)					Abril (2019)					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
Recolha dos pré-questionários.																					
Revisão e alteração do pré-questionário.																					
Revisão da literatura.																					
Elaboração do pré-projeto.																					
Apresentação e entrega do pré-projeto.																					
Construção dos questionários <i>online</i> .																					
Novo contacto com os participantes para a disponibilização do <i>link</i> .																					
Aplicação do questionário: disponibilização do <i>link</i> aos participantes.																					
Recolha de dados.																					

	Meses/semana:														
Atividades:	Maio (2019)					Junho (2019)					Julho (2019)				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Revisão da literatura.															
Recolha de dados.															
Análise e tratamento dos dados.															
Pedido de prorrogação.															
	Setembro (2019)					Outubro(2019)					Novembro (2019)				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Revisão da literatura.															
Análise e tratamento dos dados.															
Conclusão do projeto final.															
Entrega do projeto final.															

Anexo B - Pedido de colaboração (via email) aos diretores dos agrupamentos de escolas

Exmo (ª) Sr. (ª) Diretor (a),

Serve o presente email, para solicitar os bons ofícios de V. Ex^a relativamente ao assunto que passo a expor:

O meu nome é Márcia Antunes, sou aluna do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, e encontro-me a realizar a dissertação de mestrado, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Mendes e da Professora Doutora Rosina Fernandes.

O trabalho centra-se sobre a opinião dos membros das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, nomeadamente os docentes, relativamente à Lei nº 147/99, de 1 de setembro, e às alterações que lhe foram introduzidas.

Para o efeito, iremos desenvolver um questionário online, garantindo a confidencialidade e o anonimato de toda e qualquer resposta. Aliás, mais do que qualquer resposta individual interessa-nos conhecer a opinião a partir de determinadas características comuns dos vários respondentes.

Para ter acesso ao referido questionário iremos disponibilizar o seu acesso através de um link.

Muito agradecemos o seu preenchimento e a sua divulgação junto de todos os seus colaboradores, bem como de outros agrupamentos à consideração de V. Ex^a.

Manifesto, desde já, a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional através deste mesmo email ou pelo contacto telefónico: 96x xxx xxx.

Com os melhores cumprimentos e estima pessoal,
Márcia Antunes

Anexo C - Pedido de colaboração (via email) aos presidentes das CPCJ

Exmo (ª) Sr. (ª) Presidente da CPCJ,

Serve o presente email, para solicitar os bons ofícios de V. Exª relativamente ao assunto que passo a expor:

O meu nome é Márcia Antunes, sou aluna do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, e encontro-me a realizar a dissertação de mestrado, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Mendes e da Professora Doutora Rosina Fernandes.

O trabalho centra-se sobre a opinião dos membros (da comissão alargada e restrita) da CPCJ, relativamente à Lei nº 147/99, de 1 de setembro, e às alterações que lhe foram introduzidas.

Para o efeito, iremos desenvolver um questionário online, garantindo a confidencialidade e o anonimato de toda e qualquer resposta. Aliás, mais do que qualquer resposta individual interessa-nos conhecer a opinião a partir de determinadas características comuns dos vários respondentes.

Para ter acesso ao referido questionário iremos disponibilizar o seu acesso através de um link.

Muito agradecemos o seu preenchimento e a sua divulgação junto de todos os seus colaboradores, bem como de outras CPCJ à consideração de V. Exª.

Manifesto, desde já, a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional através deste mesmo email ou pelo contacto telefónico: 96x xxx xxx.

Com os melhores cumprimentos e estima pessoal,
Márcia Antunes

Anexo D - Declaração de consentimento informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu,

declaro que tomei conhecimento do estudo em que serei incluído(a), no âmbito do projeto final do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu. O referido estudo, elaborado por Márcia Filipa Martinho Antunes, tem como objetivo de questionar as entidades de 1ª e 2ª linha acerca dos normativos legais inerentes aos processos de promoção e proteção.

Declaro, ainda, que fui informado(a) dos objetivos principais, dos procedimentos do estudo, do anonimato, da confidencialidade dos dados e do direito a recusar ou cessar a minha participação em qualquer altura e sem quaisquer consequências negativas para mim. Mais indico que fui informado que será dado integral cumprimento às disposições previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Data: ____/____/2019

(assinatura do participante)

(Márcia Filipa Martinho Antunes)

Anexo E - Questionário dos docentes

QUESTIONÁRIO: PERCEÇÃO DAS ENTIDADES DE 1ª LINHA SOBRE OS NORMATIVOS LEGAIS INERENTES AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

Carta de apresentação:

O presente questionário surge no âmbito da elaboração do projeto final do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

Pretendemos conhecer a sua opinião, enquanto membro integrado nas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), sobre os normativos legais inerentes aos processos de promoção e proteção.

Apelamos à sua colaboração para que os dados fornecidos sejam sinceros, verificando, ainda, se todas as questões foram devidamente respondidas, antes da entrega do questionário.

Permitimo-nos lembrar que **não há boas nem más respostas, mas apenas respostas.**

Salientamos que está garantido o seu anonimato e que todas as respostas serão confidenciais.

Obrigado pela sua participação no presente estudo.

Dados sociodemográficos

Idade: _____ anos

Género: feminino ☐ masculino ☐

Membro do agrupamento de escolas ☐ Membro da CPCJ ☐

Grupo I - Indicadores de maus tratos de uma criança ou jovem em perigo

1.1. Tem conhecimento de crianças/jovens em risco na escola?

Sim ☐

Não ☐

1.2. Tem conhecimento de crianças/jovens institucionalizados na escola?

Sim ☐

Não ☐

1.3. Tem conhecimento de crianças/jovens sinalizados na escola?

Sim ☐

Não ☐

1.4. Sabe como efetuar uma sinalização de criança ou jovem que se encontre em situação de perigo à CPCJ?

Sim ☐

Não ☐

1.5. No exercício das suas funções, já sinalizou alguém ou deu indicações de sinalização?

Sim ☐

Não ☐

1.5.1. Se sinalizou, quantas vezes? _____

1.5.2. Se sinalizou, que indicadores utilizou?

Assinale com um **X a frequência** com que utilizou os seguintes indicadores.

	Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
Físicos					
Comportamentais					
Acadêmicos					
Familiares					

1.5.3. Se nunca sinalizou, que indicadores considera mais importantes numa sinalização?

Indique por **ordem crescente, do menos importante para o mais importante**, os seguintes indicadores de sinalização.

Físicos	Comportamentais	Acadêmicos	Familiares

Grupo II - Artigo 3.º - Legitimidade da intervenção

2.1. Considera que o conceito de perigo estatuído pela Lei:

É adequado ☐

Deveria ser mais amplo ☐

Deveria ser mais restrito ☐

Não sei ☐

2.1.1. Se considera que deveria ser mais amplo ou mais restrito, que alterações sugere ao conceito de perigo no sentido de melhorar a sua intervenção enquanto técnico?

2.2. Às situações de perigo já existentes na Lei n.º 147/99, de 1/9, foi acrescentada uma nova situação. Desta forma, uma criança ou jovem, também, está em perigo quando: **“Está aos cuidados de terceiros durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais.”** Considera que esta formulação conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

2.2.1. Se sim, quais?

2.2.2. Se não, justifique.

Grupo III - Artigo 4.º - Princípios orientadores da intervenção

3.1. Uma das alterações que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens sofreu foi na alínea a) do artigo 4.º, frisando que “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, **nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas**”. Considera que esta alteração pode conduzir a decisões substancialmente diferentes por parte dos técnicos com responsabilidade nessa matéria?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.1.1. Se sim, em que sentido?

3.1.2. Se não, justifique.

3.2. A alínea h) do art.º 4.º da Lei n.º 147/99, de 1/9, refere: Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem **em família**, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção **ou outra forma de integração familiar estável**. Considera que esta formulação conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.2.1. Se sim, quais?

3.2.2. Se não, justifique.

3.3. Relativamente aos princípios consignados na Lei, concorda que o entendimento dos mesmos deveria ser ampliado?

Concordo ☐

Não concordo ☐

Não sei ☐

3.3.1. Se concorda, que alterações sugere?

3.4. Sugere a inclusão de outros princípios que não estejam consignados na Lei?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.4.1. Se sim, qual(is)?

3.4.2. Se não, justifique.

Grupo IV - Artigo 5.º - Definições

4.1. A alínea c) do art.º 5.º da Lei n.º 147/99, de 1/9, passou a ter a seguinte redação: Situação de emergência - a situação de perigo atual ou iminente para a vida ou a situação de perigo atual ou iminente de grave comprometimento da integridade física **ou psíquica** da criança ou jovem, que exija proteção imediata nos termos do artigo 91.º, ou que determine a necessidade imediata de aplicação de medidas de promoção e proteção cautelares. Considera que esta alteração da formulação (nomeadamente, o aditamento da “integridade psíquica”) conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

4.1.1. Se sim, quais?

4.1.2. Se não, justifique.

Grupo V - Artigo 7.º - Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

5.1. A alteração do artigo 7.º da Lei n.º 147/99, de 1/9, refletiu-se nas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude. Tem conhecimento dessas alterações?

Sim ☐

Não ☐

5.2. Considera essas alterações:

Positivas ☐

Negativas ☐

Neutras (nem positivas, nem negativas) ☐

Não sei ☐

5.3. Como membro de uma Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude, considera-se preparado para a tomada de decisão(ões) sobre:

Assinale com um **X** o **nível de preparação** (1 – nada preparado a 5 – totalmente preparado) relativamente às afirmações abaixo indicadas.

	1	2	3	4	5
Avaliar em situações de risco e perigo.					
Diagnosticar em situações de risco e perigo.					
Intervir em situações de risco e perigo.					
Implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco.					
Acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres.					
Executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial.					

5.4. Considera que as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude se encontram preparadas para dar resposta conforme às alterações introduzidas na Lei?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

5.4.1. Se respondeu não, que soluções considera que poderiam ser implementadas para minimizar a situação?

Grupo VI - Artigo 9.º - Consentimento

6.1. No art.º 9.º da Lei n.º 147/99, de 1/9, foram expressamente reforçadas as situações em que é necessário o consentimento. No exercício das suas funções, considera-as:

- Positivas ☐
Negativas ☐
Neutras (nem positivas, nem negativas) ☐
Não sei ☐

6.1.1. Indique as razões para a sua resposta.

Grupo VII - Artigo 35.º - Medidas de promoção e proteção

7.1. Considera taxativas as medidas de promoção e proteção previstas no art.º 35.º da Lei n.º 147/99, de 1/9?

- Sim ☐
Não ☐
Não sei ☐

7.2. Faria sentido acrescentar outras medidas?

- Sim ☐
Não ☐
Não sei ☐

7.2.1. Justifique a sua resposta.

Grupo VIII - Artigo 60.º e artigo 61.º - Duração das medidas de promoção e proteção

8.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal para cada uma das medidas? Indique o **número de meses** em cada uma das medidas.

		Duração em meses:
Medidas	Apoio junto dos pais.	
	Apoio junto de outro familiar.	
	Confiança a pessoa idónea.	
	Apoio para autonomia de vida.	
	Acolhimento familiar.	
	Acolhimento residencial.	
	Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.	

8.2. Considera que a reversibilidade das medidas de promoção e proteção (possibilidade de proceder à alteração da medida de promoção e proteção, substituindo a que estiver em vigor por outra) é:

Positiva para a criança/jovem ☐

Negativa para a criança/jovem ☐

Não sei ☐

8.2.1. Indique as razões para sua resposta.

Obrigada pela sua colaboração.
Márcia Antunes

Viseu, 11/01/19

Anexo F - Questionário dirigido dos técnicos da CPCJ

QUESTIONÁRIO: PERCEÇÃO DAS ENTIDADES DE 2ª LINHA SOBRE OS NORMATIVOS LEGAIS E OUTROS INERENTES AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

Carta de apresentação:

O presente questionário surge no âmbito da elaboração do projeto final do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

Pretendemos conhecer a sua opinião, enquanto membro integrado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), sobre os normativos legais inerentes aos processos de promoção e proteção.

Apelamos à sua colaboração para que os dados fornecidos sejam sinceros, verificando, ainda, se todas as questões foram devidamente respondidas, antes da entrega do questionário.

Permitimo-nos lembrar que **não há boas nem más respostas, mas apenas respostas.**

Salientamos que está garantido o seu anonimato e que todas as respostas serão confidenciais.

Obrigado pela sua participação no presente estudo.

Dados sociodemográficos

Idade: _____ anos

Género: feminino ☐ masculino ☐

Membro da comissão alargada ☐ Membro da comissão restrita ☐

Grupo I - Alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

1.1. Em 2015 já se encontrava ligado(a) à área da promoção e proteção de crianças e jovens em perigo?

Sim ☐

Não ☐

1.1.1. Se sim, indique as três alterações que considera mais significativas introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8/9.

Grupo II - Artigo 3.º - Legitimidade da intervenção

2.1. Considera que o conceito de perigo estatuído pela Lei:

É adequado ☐

Deveria ser mais amplo ☐

Deveria ser mais restrito ☐

Não sei ☐

2.1.1. Se considera que deveria ser mais amplo ou mais restrito, que alterações sugere ao conceito de perigo no sentido de melhorar a sua intervenção enquanto técnico?

2.2. Às situações de perigo já existentes na Lei n.º 147/99, de 1/9, foi acrescentada uma nova situação. Desta forma, uma criança ou jovem, também, está em perigo quando: **“Está aos cuidados de terceiros durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais.”** Considera que esta formulação conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

2.2.1. Se sim, quais?

2.2.2. Se não, justifique.

Grupo III - Artigo 4.º - Princípios orientadores da intervenção

3.1. Uma das alterações que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens sofreu foi na alínea a) do artigo 4.º, frisando que “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, **nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas**”. Considera que esta alteração pode conduzir a decisões substancialmente diferentes por parte dos técnicos com responsabilidade nessa matéria?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.1.1. Se sim, em que sentido?

3.1.2. Se não, justifique.

3.2. A alínea h) do art.º 4.º da Lei n.º 147/99, 1/9, refere: Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem **em família**, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção **ou outra forma de integração familiar estável**. Considera que esta formulação conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.2.1. Se sim, quais?

3.2.2. Se não, justifique.

3.3. Relativamente aos princípios consignados na Lei, concorda que deveria ser alargada a interpretação dos mesmos?

Concordo ☐

Não concordo ☐

Não sei ☐

3.3.1. Se concorda, que alterações sugere?

3.4. Sugere a inclusão de outros princípios que não estejam consignados na Lei?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

3.4.1. Se sim, quais?

3.4.2. Se não, justifique.

Grupo IV - Artigo 5.º - Definições

4.1. A alínea c) do art.º 5.º da Lei n.º 147/99, 1/9, passou a ter a seguinte redação: Situação de emergência - a situação de perigo atual ou iminente para a vida ou a situação de perigo atual ou iminente de grave comprometimento da integridade física **ou psíquica** da criança ou jovem, que exija proteção imediata nos termos do artigo 91.º, ou que determine a necessidade imediata de aplicação de medidas de promoção e proteção cautelares. Considera que esta alteração da formulação (nomeadamente, o aditamento da “integridade psíquica”) conduz a mudanças no exercício de funções por parte dos técnicos?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

4.1.1. Se sim, quais?

4.1.2. Se não, justifique.

Grupo V - Artigo 7.º - Intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

5.1. A alteração do artigo 7.º da Lei n.º 147/99, de 1/9, refletiu-se nas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude. Tem conhecimento dessas alterações?

Sim ☐

Não ☐

5.2. Considera essas alterações:

Positivas ☐

Negativas ☐

Neutras (nem positivas, nem negativas) ☐

Não sei ☐

5.3. Considera que as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude se encontram preparadas para dar resposta conforme às alterações introduzidas na Lei?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

5.3.1. Se respondeu não, que soluções considera que poderiam ser implementadas para minimizar a situação?

Grupo VI - Artigo 9.º - Consentimento

6.1. No art.º 9.º da Lei n.º 147/99, 1/9, foram expressamente reforçadas as situações em que é necessário o consentimento. No exercício das suas funções, considera-as:

Positivas ☐

Negativas ☐

Neutras (nem positivas, nem negativas) ☐

Não sei ☐

6.1.1. Indique as razões para a sua resposta.

Grupo VII - Artigo 18.º - Competência da comissão alargada

7.1. Considera que deviam ser adicionadas outras competências à comissão alargada para além das que já existem?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

7.1.1. Se sim, quais?

7.1.2. Se não, justifique.

Grupo VIII - Artigo 21.º - Competência da comissão restrita

8.1. Considera que deviam ser adicionadas outras competências à comissão restrita para além das que já existem?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

8.1.1. Se sim, quais?

8.1.2. Se não, justifique.

Grupo IX - Artigo 35.º - Medidas de promoção e proteção

9.1. Considera taxativas as medidas de promoção e proteção previstas no art.º 35.º da Lei n.º 147/99, de 1/9?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

9.2. Faria sentido acrescentar outras medidas?

Sim ☐

Não ☐

Não sei ☐

9.2.1. Justifique a sua resposta.

Grupo X - Artigo 60.º e artigo 61.º - Duração das medidas de promoção e proteção

10.1. Na sua opinião, qual seria a duração máxima ideal para cada uma das medidas? Indique o **número de meses** em cada uma das medidas.

		Duração em meses:
Medidas	Apoio junto dos pais.	
	Apoio junto de outro familiar.	
	Confiança a pessoa idónea.	
	Apoio para autonomia de vida.	
	Acolhimento familiar.	
	Acolhimento residencial.	
	Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.	

10.2. Considera que a reversibilidade das medidas de promoção e proteção é:

Positiva para a criança/jovem ☐

Negativa para a criança/jovem ☐

Não sei ☐

10.2.1. Indique as razões para sua resposta.

Obrigada pela sua colaboração.
Márcia Antunes

Viseu, 11/01/19